



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 044

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## **DIÁRIO Nº 044**

### **39ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Pequeno Expediente:</b>	
<b>Instalação da Frente Parlamentar</b>	
<b>Brasil/Itália</b>	
Composição da Mesa .....	03
Autor da Proposição:	
Dep. Cida Borghetti .....	03
Oradores:	
Dep. Fed. Ricardo Barros.....	04
Realização da Homenagem.....	05
Emb. Michele Valensise .....	05
Encerramento da Solenidade .....	06
<b>Reabertura da Sessão Ordinária .....</b>	<b>06</b>
<b>Expediente:</b>	
Designação.....	06
Requerimentos .....	06
Projetos de Lei .....	10
<b>Grande Expediente:</b>	
Sr. Rubens Ghilardi	
Presidente da Copel .....	11
Interpelações:	
Dep. Reni Pereira .....	13
Dep. Dobrandino da Silva .....	14
Dep. Plauto Miró Guimarães ....	16
Dep. Ademar Traiano .....	18
Dep. Elio Rusch .....	20
Dep. Durval Amaral .....	22
Dep. Vanderlei Iensen .....	24
Dep. Valdir Rossoni .....	25
Dep. Rafael Greca .....	27
Dep. Barbosa Neto .....	28
Dep. Natálio Stica .....	29
Dep. Elton Carlos Welter .....	30
Dep. José Maria Ferreira .....	31
Dep. Elza Correia .....	32
Dep. Tadeu Veneri .....	33
Dep. José Domingos Scarpellini	34

Dep. Neivo Beraldin .....	35
Dep. Ângelo Vanhoni .....	37
Dep. Caíto Quintana .....	38

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	39
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	39
3ª Discussão .....	42
2ª Discussão .....	42
Requerimentos .....	44

**Encerramento da Sessão .....45**

**Transcrições.....45**

## **DIÁRIO Nº 044**

### **39ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2006**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Rafael Greca e Duílio Genari.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio

Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Artagão Júnior, Jocelito Canto, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos e Renato Gaúcho (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

### ***Pequeno Expediente:***

#### ***Instalação da Frente Parlamentar Paraná-Itália***

Por solicitação da Deputada Cida Borghetti, o Pequeno Expediente da Sessão Ordinária será destinado para a instalação da Frente Parlamentar Paraná-Itália.

Tenho honra de anunciar a composição da Mesa.

### ***Composição da Mesa***

Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Michele Valensise, Embaixador da Itália no Brasil; Exmo. Sr. Deputado Federal Ricardo Barros, Presidente Nacional da Frente Parlamentar Brasil - Itália; Exmo. Sr. Ricardo Battisti, Cônsul Geral da Itália para o Paraná e Santa Catarina; Exmo. Sr. Rafael Iatauro, Secretário-Chefe da Casa Civil; Exmo. Sr. Deputado Rafael Greca, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Duílio Genari, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Neste momento ouviremos o Hino Nacional da Itália e o Hino Nacional Brasileiro a ser executado pela Banda da Polícia Militar do Paraná.

#### **(Execução dos Hinos)**

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIA (**Lais Mann**)

A Frente Paraná-Itália tem a finalidade de estreitar laços com a República da Itália, que possui ministério destinado ao relacionamento do país com os italianos residentes no exterior; congregar a imensa parcela de ítalo-brasileiros que vivem no Paraná e fomentar o relaci-

onamento econômico e social do Paraná com a república italiana.

### ***Autor da Proposição***

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Temos a honra de conceder a palavra à Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, proponente do presente evento, que falará em nome de todos os Parlamentares.

### ***Deputada Cida Borghetti***

A SRA. CIDA BORGHETTI

Boa-tarde a todos.

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná - neste ato representando o Governador Roberto Requião; Exmo. Sr. Michele Valensise Embaixador da Itália no Brasil, que muito nos honra com a sua presença; Exmo. Sr. Deputado Federal Ricardo Barros, Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Itália; Exmo. Sr. Ricardo Battisti, Cônsul-Geral da Itália para o Paraná e Santa Catarina; Exmo. Sr. Rafael Iatauro, Secretário-Chefe da Casa Civil; Exmo. Sr. Deputado Rafael Greca, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Duílio Genari, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Ministro Alcení Guerra, que muito nos honra com a sua presença; Exmo. Sr. Secretário da Segurança do Estado do Paraná, Luiz Fernando Delazari; Exmo. Sr. Secretário Parzianello; nosso Ouvidor Geral; comunidade ítalo-brasileira.

Quero saudar o nosso Presidente do Comitê para Paraná e Santa Catarina - Jean Luca Cantoni, bem como o Presidente da Fundação Itália, o nosso amigo Mirko que está conosco; também quero saudar o Presidente da CGE, membro brasileiro que nos reporta a Walter Petrucciello, que concorreu a uma cadeira no Senado no Parlamento Italiano e fez uma belíssima votação. Saudar a imprensa, os Deputados, as nossas colegas Deputadas.

Para nós é uma honra, é um prazer apresentar nesta Assembleia Legislativa do Paraná este ato de instalação da Frente Parlamentar Paraná-Itália.

Um prazer porque vejo aqui a presença de ilustres personagens representativas da comunidade italiana e ítalo-brasileira. Uma honra porque este ato representa mais um importante ponto para as relações bilaterais entre o Estado do Paraná e a República Italiana.

E não é possível falar da história do Paraná sem lembrar dos imigrantes italianos que aqui chegaram em 1877 e ajudaram a construir este grande Estado. É tão importante a comunidade italiana no Paraná que lhes faço, neste momento, uma revelação de fato que nem todos conhecem. A estátua de Tiradentes, de mais de dois metros de altura em homenagem a um dos maiores heróis na luta pela independência do Brasil, localizada na Praça Tiradentes, nasceu de uma obra de um descendente de

italiano, João Turin, que em 1927, por ocasião do cinqüentenário da imigração italiana no Paraná, doa a obra para a Colônia Italiana e faz a fundição em bronze e a oferece ao povo do Paraná como forma de agradecer a terra que os acolheu.

Esse gesto demonstrava o amor e o agradecimento que os italianos tinham por esta terra e que foi transmitido aos seus descendentes, sem que eles deixassem de amar também a terra de seus pais e seus avós.

O Paraná e a Itália têm um bom relacionamento comercial. Centenas de empresas italianas já se instalaram em nosso Estado, mas muito ainda pode ser feito para melhorar e incrementar o relacionamento comercial entre o nosso Estado e a Itália. Temos muito a oferecer e também muito a obter. Citamos aqui, para ilustrar a história de uma grande mulher, admirada no Brasil e idolatrada na Itália, Anita Garibaldi, a uniu-se ao revolucionário Giuseppe Garibaldi, foi soldado, enfermeira, esposa e mãe. Em todos os papéis sua batalha foi sempre travada em nome da liberdade e da justiça. Tornou-se a heroína dos dois mundos.

O entrelaçamento da história do Brasil e da Itália fez com que italianos fizessem parte da nossa história, construindo este Estado. Citamos a nossa inesquecível Helena Kolody, cuja doçura nos lembra a força dos povos que compõem a beleza do Paraná e do Brasil. Quando os homens viram os olhos do poeta, acharam em sua luz a luz do próprio olhar e no ritmo do seu verso, então, reconheceram a canção que cantariam, se soubessem cantar. Sonhar é ter um grande ideal na ingloria lida, tão grande que não cabe inteiro nesta vida, tão puro que não vive em plagas deste mundo. Que seja uma luz no mundo instrumento de paz e fraternidade. Ensina-me, Senhor, a palavra exata, a palavra reveladora e fecunda que devo clamar, clamar e clamar para acordar os que adormeceram, a consciência do seu destino maior.

Hoje, com a instalação da Frente Parlamentar Paraná-Itália iniciamos mais um passo andado na mesma direção e tenho a certeza que ajudaremos a dar voz para aquela outra Itália, ou seja, aquela representada pela grandíssima comunidade italiana que vive em nosso Estado.

Muito obrigada.

#### A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIA (**Laís Mann**)

A Frente Parlamentar Paraná-Itália é regulamentada pelo Ato do Presidente, nº 02/06, nos seguintes termos:

(Lê):

*ATO DO PRESIDENTE Nº 02/06*

*O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno,*

**D E C L A R A :**

*Constituída a Frente Parlamentar Paraná-Itália, composta pelos Srs. Deputado Ademar Traiano, Alexan-*

*dre Curi, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, José Maria Ferreira, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Luiz Nishimori, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Reni Pereira, Vanderlei Iensen e Valdir Rossoni, sob a Presidência da Deputada Cida Borghetti, com o Deputado Hermas Brandão exercendo a Presidência de Honra da Frente Parlamentar, objetivando o estreitamento de laços com a República da Itália, congregar imensa parcela de ítalo-brasileiros que vivem no Estado do Paraná e fomentar o relacionamento econômico e social do nosso Estado com a república italiana.*

*Palácio "XIX de Dezembro", em 09.05.06.*

*(a) HERMAS BRANDÃO'*

### **Oradores:**

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Federal, Ricardo Barros, Presidente Nacional da Frente Parlamentar Brasil-Itália.

### **Deputado Federal Ricardo Barros**

#### O SR. RICARDO BARROS

Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Vice-Governador Orlando Pessuti, Comendador da República Italiana, honraria concedida pelo nosso Embaixador em solenidade realizada ontem; Embaixador Michele de Valensise; Sr. Cônsul Ricardo Batisti; Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil; Deputado Rafael Greca; Deputado Duílio Genari; Deputada Cida Borghetti que falou em nome dos Parlamentares, essa iniciativa de criar aqui na Assembléia esta Frente Parlamentar Paraná-Itália.

Temos, lá em Brasília, na Frente Parlamentar Brasil-Itália, a maior agremiação entre todas as frentes parlamentares do Congresso Nacional, um grupo parlamentar criado também por decreto, na Câmara dos Deputados, aprovado em plenário, já presidido por vários colegas nossos, inclusive o Deputado Luciano Pizzato, aqui do Paraná, que prestou grandes serviços já nessa relação Brasil-Itália.

Quero me congratular com os Srs. Parlamentares, os muitos de origem italiana e os que não são mas que querem ajudar que a integração entre o Paraná e a Itália aconteça cada vez mais efetivamente.

Quero saudar o nosso Embaixador que tem se dedicado muito a essa relação, especialmente na área dos negócios, na área cultural, da difusão da língua e também na área da cooperação; são muitas as entidades de cooperação italianas que atuam no Brasil, em diversas áreas, inclusive da promoção social, como já visitamos na

Bahia, em Santa Catarina e em tantos outros estados nos eventos que já participamos com a comunidade italiana.

Estão de parabéns pela iniciativa. Espero que tenham bons frutos como temos lá na nosso Grupo Brasil-Itália, na Câmara Federal.

Parabéns.

(Aplausos)

### ***Realização da Homenagem:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deseja homenagear o Exmo. Sr. Embaixador Michele Valensise com uma placa e solicita ao 1º Secretário desta Casa de Leis, Deputado Rafael Greca, que proceda à leitura dos termos.

O SR. RAFAEL GRECA

“Honra ao mérito.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em sua Sessão do dia 30 de maio de 2005, homenageou o Exmo. Sr. Michele Valensise, Embaixador da Itália no Brasil, consignada na Ata dos seus trabalhos a requerimento da Deputada Cida Borghetti de voto de louvor em comemoração à data nacional da república italiana.

Curitiba, 9 de maio de 2006.

Deputado Hermas Brandão, Presidente.

Deputada Cida Borghetti, Proponente.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido a Exma. Sra. Cida Borghetti que proceda à entrega da placa em homenagem ao Embaixador Michele Valensise.

A SRA. CIDA BORGHETTI

(**Procede à entrega da placa**).

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Michele Valensise, Embaixador da Itália no Brasil.

### ***Sr. Michele Valensise***

O SR. MICHELE VALENSISE

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná, desde ontem Comendador de la república italiana; caríssimo Deputado Federal Ricardo Barros, Presidente Nacional da Frente Parlamentar Brasil-Itália; caríssimo Ricardo Battisti, Cônsul da Itália para o Paraná e Santa Catarina; Exmo. Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil; Exmo. Sr. Deputado Rafael Greca, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Duílio Genari, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; senhoras e senhores,

caríssima Deputada Cida Borghetti, amiga da Itália e Presidente da Frente Parlamentar Paraná-Itália.

Para mim é uma grande alegria estar aqui nesta ocasião da constituição da Frente Parlamentar Brasil-Itália. É honra especial para quem tem o privilégio de representar a Itália neste maravilhoso país que é o Brasil. É um privilégio enorme assistir à criação de mais uma entidade parlamentar, mas uma frente parlamentar que vai nos ajudar, em espírito de amizade e fraternidade, a desenvolver e fortalecer ainda mais as ligações entre o Brasil e a Itália, entre esta parte do Brasil especialmente, o Estado do Paraná e a Itália.

O Vice-Governador Pessuti, ontem, foi condecorado como Comendador de la república italiana, que eu falei ser sempre modesto em relação aos merecimentos de Vice-Governador. Ele, em troca da condecoração, deu-me uma explicação muito exata do que é um bom italiano aqui no Paraná e em Curitiba, um italiano “PO”, de puro origem italiana, como o Sr. Pessuti. Mas agora, na frente desta prestigiosa Assembléia e na frente de um grupo parlamentar tão numeroso e tão prestigioso como o que a Deputada Cida Borghetti preside, não quero fazer discriminação nenhuma entre “PO” e não “PO”. Então, para mim, os presentes saibam estar todos em meu coração e de poder contar, todos - pura origem ou impura origem ou nenhuma origem - os senhores e as senhoras podem contar com a minha satisfação, com o meu apoio para trabalharmos juntos.

E o que esperamos dessa Frente Parlamentar, minha querida Cida? Com muitos agradecimentos pela sua iniciativa, pela sua imaginação de trazer ao Paraná um trabalho que o seu marido, nosso querido Deputado Federal Ricardo Barros já desenvolveu com tanta eficiência, com tanta eficácia em Brasília, no plano federal. Qual é o objetivo, ao meu ver, que essa frente parlamentar deveria ter?

O objetivo é simples. É de trabalhar ainda mais um pouquinho para desenvolver melhor o que já fizemos até agora, todas as potencialidades que temos de diálogo, de relacionamento entre o Brasil, entre esta parte do Brasil, este Brasil tão especial que é o Estado do Paraná e a nossa querida Itália. Isso vale por todos vocês que são de origem italiana, mas vale também por aqueles que não são de origem italiana, que são de origem brasileira, alemã, polonesa ou ucraniana. Quero que, assim como fiz com sucesso, com êxito em Brasília, também aqui em Curitiba os Parlamentares possam ter um fórum de diálogo, de sugestão, de recomendação ao qual seremos muito sensíveis.

A única coisa que vai ficar uma incerteza, então, querida Cida, é se nessa família Barros-Borghetti será o marido ou a mulher quem vai ser melhor, mas acho que os dois campeões de amizade e de fraternidade com a Itália. Então, por isso, desejo, realmente, tudo de bom à sua frente parlamentar. Estou certo de que vai ser um instrumento precioso para a nossa ação diplomática, aqui no Brasil. E cumprimento-a por essa ação importante. Saiba

que o Embaixador da Itália, a Embaixada da Itália, o Consulado e toda a estrutura diplomática no Brasil está às ordens para colaborar com muito orgulho, com muito prazer com a sua iniciativa.

Tudo de bom.

## ***Encerramento da Solenidade***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Declaro oficialmente instalada a Frente Parlamentar Paraná-Itália por proposição da Sra. Deputada Cida Borghetti.

Agradecemos a presença das excelentíssimas autoridades e de todos os presentes que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense.

Convido a todos para ouvirem o Hino do Paraná, após o quê estará encerrada a presente solenidade, suspendendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

## ***Reabertura da Sessão***

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, do artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Designação***

#### **DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo ao disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Ratinho Júnior para representar esta Casa de Leis na Sessão Solene de outorga de título de Cidadania Benemerita do Paraná aos Srs. Assis Gurgacz e Dilvo Grolli, no dia 5 de maio de 2006, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## ***Requerimentos***

### **REQUERIMENTO Nº 1095**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 81 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, a prorrogação da Sessão do dia 09 de maio do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

### **REQUERIMENTO Nº 1089**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada uma Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### **REQUERIMENTO Nº 1081**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER a disponibilidade do plenarinho da Assembléia Legislativa para a realização da 12ª Escola de Economia de Comunhão, no dia 25/05, quinta-feira, das 18h30m, às 21h, conforme expediente anexo.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### **REQUERIMENTO Nº 1072**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Eidam, 53 anos, agricultor e pecuarista, atuando ultimamente como Vice-Presidente do Sindicato Patronal de Ortigueira e como Vice-Presidente da Convenção das Igrejas da Fé Evangélica e Presidente da Igreja da Colônia Augusta Vitória.

Para Wilson Eidam, o lema de sua vida sempre foi “entrega o teu caminho ao Senhor, confia n’Ele e o mais Ele fará”. Deixa a esposa Castorina Bueno e os cinco filhos: Samuel, Marcos, Liliam, Célia e Juliano.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicada a família enlutada no seguinte endereço: família Eidam, Colônia Augusta Vitória, Ortigueira-PR, CEP: 84.350-000.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### **REQUERIMENTO Nº 1078**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário deste Poder, Emerentino da Cruz Pacca.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 65 anos de idade, faleceu dia 07 de maio de 2006, nesta Capital, o servidor aposentado do Poder Legislativo, Emerentino da Cruz Pacca. Filho de Mário Amaral Pacca e Iolanda Moreira da Cruz. Deixou esposa e filhos. Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida entre seus parentes e amigos, nos quais nos incluímos.

Emerentino Pacca era advogado e radialista que, há mais décadas vinha trabalhando em diversas emissoras. Seu falecimento representa um vazio também nas áreas do esporte, principalmente no futebol amador. Foi fundador do Troféu Personal, quando anualmente homenageava os grandes destaques do futebol, fazendo a alegria de muita gente, atletas, dirigentes, árbitros, componentes da Federação Paranaense de Futebol (PPF), quer do amador quanto do profissional.

Como radialista estava entre os mais antigos, desde a Rádio Emissora Paranaense, marcando época nos últimos anos na Rádio Capital e atualmente dirigia a equipe esportiva da Rádio Colombo, além de atuar diretamente no Clube do seu coração, o São Paulo, do Xaxim. Nosso amigo e companheiro de lutas, desempenhou na Assembleia Legislativa as funções de Coordenador do Serviço de Som e Coordenador de Estudos e Promoções Especiais.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Emerentino da Cruz Pacca, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUER à Presidência, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iolanda Foltran Pombo, fundadora da Cruzada Social Cosme e Damião de Proteção à Maternidade e à Infância.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Iolanda Foltran Pombo faleceu aos 88 anos de idade, no último dia 04 do corrente mês. Foi esposa do Coronel Orlando Xavier Pombo e deixou como filhos Edson Pombo, Walquíria Pombo Fernandes e Marília Pombo Marchesi.

A Sra. Iolanda foi fundadora da Cruzada Social Cosme e Damião de Proteção à Maternidade e à Infância,

uma entidade sem fins lucrativos que congregava as mulheres de policiais militares, que se reuniam para confeccionar os enxovais, entregando-os à maternidade do Hospital da PMPR, auxiliando cabos e soldados da Polícia Militar que não tinham condições para comprar enxoval para os filhos recém-nascidos.

Na falta de local específico para trabalhar, iniciaram as atividades na própria residência da Sra. Iolanda, sendo mais tarde cedido pela Associação da Vila Militar um espaço para a sede atual.

Durante os 43 anos de existência da Cruzada Cosme e Damião, o trabalho da entidade foi ampliado e hoje, além da distribuição de enxovais a recém-nascidos filhos de cabos e soldados da PMPR, a Cruzada ainda fornece material escolar para alunos de 1ª a 4ª séries, filhos de cabos e soldados da PM; organizam encontros visando a orientação das gestantes e das mães de policiais militares e ainda colaboram com outras entidades assistenciais, através da doação de alimentos, vestimentas, roupas de cama e outros. Hoje, em Curitiba, a Cruzada conta com aproximadamente 120 voluntárias que gratuitamente doam seu tempo para concretizar os objetivos da entidade.

Desta forma, a Sra. Iolanda Foltran Pombo, pelo relevante trabalho social prestado através da Cruzada Social Cosme e Damião, é merecedora desta singela homenagem.

#### REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Ballet de Londrina, o qual conquista o prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna.

Requer ainda, envio de cópia ao endereço: Rua Senador Souza Naves, nº 2380 - CEP: 86.015.430 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção de votos de congratulações ao município de Maringá, pela comemoração dos seus 59 anos de criação e instalação.

Maringá, município do Noroeste do estado, possui uma população estimada em 350 mil habitantes, destaca-se a nível regional como grande pólo econômico, na área universitária, comercial, industrial e agrícola, sendo a terceira maior cidade do Estado, possuindo uma área de 486,433 km<sup>2</sup> e uma densidade de 643,87 habitantes por quilômetro quadrado.

A cidade foi fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e elevada à categoria de município em 1951, quando se desmembrou de Mandaguari. O codi-

nome Cidade Verde surgiu em função da sua espantosa área arborizada, com exemplares raros da nossa flora.

Pelo seu Prefeito Silvio Barros II, cumprimentamos toda a população da Cidade Canção, pela passagem de mais uma aniversário de fundação e instalação.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações ao Sr. Cláudio Eberhard, ilustre Prefeito Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, pela exemplar e bem conduzida organização das festividades alusivas ao 24º aniversário de emancipação político-administrativa do seu município, que transcorreram na semana passada.

Os cumprimentos aqui solicitados são extensivos a todas as pessoas que se empenharam e trabalharam pelo largo sucesso da festiva comemoração.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência, a ser encaminhada ao Sr. Cláudio Eberhard, Digníssimo Prefeito Municipal, com votos de largo sucesso em sua administração, à Prefeitura Municipal, Rua João XXIII, 144 - CEP: 85.875-000 - Santa Terezinha de Itaipu-PR.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário REQUER que seja expedido voto louvor pela inauguração do novo e belíssimo templo da 25ª Igreja do Evangelho Quadrangular no bairro da Vila Fany, em Curitiba, realizada em 30 de abril de 2006.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Com esta inauguração Curitiba ganha um novo templo com belíssima arquitetura e a Igreja será capaz de assistir a um número bem maior de famílias, através da mensagem de amor e paz do Senhor Jesus Cristo, atuando também no resgate de vidas, restauração de famílias, orientação moral e espiritual dos moradores da região.

#### REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Coman-

dante Geral da Polícia Militar, Coronel QOPM Nemésio Xavier de França Filho, solicitando dos mesmos a implantação da gratificação de que trata a Lei Complementar 114, de 21 de dezembro de 2005, para os militares do 4º Batalhão da Polícia Militar, com sede no município de Maringá.

Dispõe a referida lei complementar que os servidores em atividade que tiverem concluído graduação perceberão, a título de gratificação técnica, percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o vencimento base, pago em código à parte, mediante comprovação.

Cabe salientar que essa gratificação já foi concedida a outros Batalhões e ainda não foi estendida aos militares do Batalhão cuja sede é em Maringá.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Luiz Fernando Delazari, solicitando a criação de uma Delegacia da Mulher em Sarandi, bem como a designação de uma Delegacia Especializada em Assuntos da Mulher, sendo ela de carreira, para que atenda aos anseios da mulher de Sarandi.

Justifica o presente requerimento, atendendo um abaixo assinado, em anexo enviado pelo Conselho Municipal dos Diretores da Mulher de Sarandi e o Conselho da Mulher Empresária de Sarandi que afirmam:

a) tem o município de Sarandi uma população de aproximadamente 100 mil habitantes, dos quais seguramente mais de 50% são mulheres;

b) segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-Ipades, 36% da população está abaixo da linha de pobreza,

c) um grande contingente de mulheres do nosso município sofre diariamente agressões físicas, psicológicas, morais e culturais.

Percebendo a falta de especialidade dos profissionais que atendem na Delegacia comum, bem como a falta de local apropriado, é que fizemos o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria dos Transportes, convocando o Secretário Rogério Tizzot, o Presidente da Ferroeste, Martin Roeder, e o Diretor-Administrativo, Financeiro e Jurídico da empresa Samuel Gomes dos Santos, para que compare-



çam a esta Casa, na próxima terça-feira, dia 16 de maio de 2006, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a crise instalada na Diretoria Administrativa, Financeira e Jurídica da empresa estatal Ferroeste, gerada pelo comportamento intempestivo do Diretor e advogado Samuel Gomes dos Santos, acusado por diversos funcionários e pelo próprio Presidente de abuso de poder e desrespeito aos direitos humanos.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Uma crise sem precedentes ocorre na empresa estatal Ferroeste, onde o advogado e Diretor-Administrativo, Financeiro e Jurídico, Samuel Gomes dos Santos, em flagrante desrespeito aos seus superiores e, principalmente, ao Presidente Martins Roeder, com atos de grosseria e imorais. O advogado Samuel Gomes tem ainda contra si uma série de denúncias de maus tratos, desrespeito aos funcionários - inclusive uma funcionária paraplégica -, e comportamento agressivo com os demais funcionários num gesto indigno do serviço público.

A agressão moral contra o Presidente Martins Roeder, aliada à incompetência do referido advogado, conforme relatório da Presidência levado ao Governador Roberto Requião, onde relata que das trinta ações movidas contra a Ferropar, a Ferroeste perdeu 29, mostrando que o advogado mentiu na apresentação de seu trabalho na Escola de Governo do dia 14 de março último.

#### REQUERIMENTO Nº 1087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando o e-mail da professora Luciane Monteiro, solicitando providências.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de expedientes à Secretaria de Estado da Segurança Pública e ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando, - devido à falta de segurança e alto índice de criminalidade que assola o município de Fazenda Rio Grande -, providências no sentido de aumentar o efetivo de policiais militares; a realização de ações em conjunto com a Rone e Rotam e a transformação do Pelotão da Polícia Militar do Município, em Companhia da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

#### REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rogério Allbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes solicitando ao mesmo que seja providenciada a instalação de sinalização às margens da Rodovia Prefeito Setembrino Thomazi, entre Nova Prata do Iguaçu e a Usina de Salto Caxias, conforme Lei Estadual nº 14.021, sancionada pelo Governador Roberto Requião em 03 de fevereiro de 2003.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Ainda na legislatura anterior elaborei e apresentei o projeto de lei para alterar a denominação da rodovia estadual que liga Nova Prata do Iguaçu à Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, na região Sudoeste do Paraná.

Esta foi uma forma singela que encontrei para prestar uma homenagem póstuma ao grande líder político regional que foi em vida Setembrino Thomazi, eleito duas vezes Prefeito de Nova Prata do Iguaçu e falecido prematuramente no decurso de seu segundo mandato.

O Plenário desta Casa Legislativa, na ocasião, aprovou por unanimidade de votos a proposição, que finalmente foi transformada em lei com a sanção do atual Governador Roberto Requião, no início do seu mandato, a 03 de fevereiro de 2003.

Estranhamente, até o presente momento, o Departamento de Estradas e Rodagens, órgão da estrutura da Secretaria de Estado dos Transportes, não providenciou a colocação da respectiva sinalização indicativa da nova denominação daquela rodovia, que continua indicada com a nomenclatura anterior, ou com nenhuma nomenclatura, pois a mencionada rodovia foi elevada a esta categoria com seu asfaltamento por ocasião da construção da usina de Salto Caxias.

Desta forma, solicito que seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, ex-Diretor-Geral do DER, Rogério Tizzot, para que sejam tomadas as providências cabíveis para que a homenagem póstuma ao grande líder Setembrino Thomazi seja transformada de conhecimento público, com a instalação da respectiva sinalização e outras medidas que venham a divulgar a figura ilustre do nosso homenageado.

#### REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações em relação à quantidade de celas provisórias alugadas e o valor pago mensal-

mente, a cada unidade destas, instaladas nos fundos da carceragem do 2º DP em Londrina.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, solicitando informações a respeito da inclusão ou não no Orçamento/2006 das obras de pavimentação asfáltica no trecho entre a ponte sobre o Rio Taquara até o Distrito de Guairacá, na Zona Rural de Londrina. Os agricultores e moradores da localidade bloquearam o acesso ao Distrito, exigindo o início das obras.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado, o discurso do Dr. Roberto Antônio Busato, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Requer ainda, seja dado ciência ao autor, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) BARBOSA NETO

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 238/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto para o Cuidado da Família, com sede e foro no município de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) ELZA CORREIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto para o Cuidado da Família é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, em que o público alvo é o casal, a família e indivíduos inseridos nos grupos de apoio, instituições públicas ou privadas.

Fundada em data de 22 de junho de 2002, na cidade de Londrina, a entidade tem por finalidade promover programas de treinamentos avançados na área de casal e/ou família, oferecer formação em grupos de apoio

e prestar atendimento clínico à comunidade. Ainda, a entidade objetiva promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

Para a consecução de seu objetivo social, o Instituto para o Cuidado da Família promove cursos, workshops, seminários, palestras, treinamento, supervisões, consultoria e assessoria. Ainda, a entidade promove programas de residência clínica ou treinamento avançado em terapia e aconselhamento de casal e família, para profissionais que tenham concluído cursos de pós-graduação na área de casal e/ou família, oferecendo espaço para estagiários que estejam cursando programas pós-graduação nas áreas de atendimento ao casal e à família.

Cumpramos ressaltar que no ano de 2005, foram realizados 877 atendimentos pela entidade em comento, dentre eles inúmeros atendimentos às famílias com dificuldades ou crises nos seus relacionamentos, atendimento em mediação no tratamento do conflito, entre outros.

Assim, esperamos o devido apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa organização em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 239/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé, com sede e foro em Santa Fé, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé, com sede e foro em Santa Fé, Estado do Paraná, sem fins lucrativos, tem por principais objetivos a difusão do civismo e da cultura física, principalmente através do futebol.

Infere-se, por meio do relatório de atividades do último ano, que a escola desempenha atividades de integração junto à população local, incentivando e desenvolvendo programas sociais e afins; conclui-se que a escola tem esforços voltados ao desenvolvimento social da comunidade, sobretudo através da educação destinada às crianças que, como não é novidade, são o futuro do país.

A escola preenche os requisitos exigidos para sua declaração de Utilidade Pública Estadual, eis que conforme se comprova com documentos, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Registro Civil de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica, pres-

tando desinteressadamente serviços à comunidade e a sua diretoria não é remunerada.

PROJETO DE LEI Nº 240/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Jardins Campo Belo e Sol com sede e foro no município de Paranavaí-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) MILTINHO PUPIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Jardins Campo Belo e Sol, que tem por finalidade atender a interesses dos moradores dos bairros Campo Belo, Satélite, Videira, Água Verde e Belo Horizonte que são compreendidos em sua associação.

Essa associação foi fundada com o intuito de fortalecer e buscar uma qualidade de vida satisfatória para toda a comunidade; nos dias de hoje é necessário união para adquirir qualidade de vida para os mais humildes. Não se alcança objetivos produtivos nas áreas sociais, culturais, esportivas e produtivas, sem uma união próspera e é isto que essa associação tem por objetivo: progresso e qualidade de vida.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 241/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado o Batalhão da Polícia Militar, o qual abrange o território do município de Sarandi no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.06.

(a) MARCOS ISFER

**JUSTIFICATIVA:**

O presente tem como objetivo o desenvolvimento e expansão da estrutura da Polícia Militar para suprir a falta de atividade policial na cidade em referência.

Assevera-se que a atual situação da Segurança Pública, notadamente na área indicada, é extremamente calamitosa; índices dos crimes contra a vida e o patrimônio são crescentes, o que agrava a indignação da popula-

ção e fortalece o descrédito do Poder Público no tocante à gestão da Segurança Pública.

Outrossim, sabe-se que o aumento de pena, mesmo não sendo de competência estadual, é ineficaz, sendo realmente necessário a imposição e aplicação das leis já existentes, o que só ocorrerá após investimento maciço na Segurança Pública Estadual.

Ademais, a criação do Batalhão de Polícia Militar em questão atenderá aproximadamente 90 mil habitantes da região.

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

***Grande Expediente:***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Conforme requerimento do Deputado Dobrandino da Silva, aprovado por unanimidade por esta Casa, o Grande Expediente será ocupado pela diretoria da Copel e pelo Procurador-Geral do Estado, para esclarecerem a Mensagem 031/06. Projeto de lei nº 193/06 de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel, por subsidiária integral desta, assumir o controle societário da UEG Araucária Ltda.

Com a palavra o Presidente, Dr. Rubens.

Pela Ordem, Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Gostaria de registrar a presença do Vereador Evalcir de Vargas - Primeiro Tesoureiro da Acamsope - Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, Vereador de Bom Sucesso do Sul e também do Vereador Moacir Colodi, Presidente do PDT daquele município.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrada a presença dos ilustres visitantes.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)**

Também gostaria de registrar a presença do Vereador e Presidente da Câmara de São Pedro do Ivaí, Vereador Irimar Furtado, que nos honra com a sua presença aqui na Assembléia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrada a presença do ilustre Vereador.

Com a palavra o Dr. Rubens.

***Sr. Rubens Ghilardi***

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Exmo. Sr. Hermas Brandão, Presidente desta Casa, Exmos. Deputados, Srs. Diretores da Copel e demais presentes.

Muito boa tarde!

É motivo de honra estar aqui nesta Casa para, como Diretor-Presidente da Copel, participar de audiência que tratará da aquisição pelo Estado do Paraná, através da Copel, da participação majoritária da empresa UEG-Araucária.

Gostaria de registrar, em que pese eu não ser Presidente da Copel na época da CPI, que entre outros assuntos investigou a atuação da Copel em diversos negócios, entre eles a participação da UEG-Araucária, relatório resultante e declaro o meu acatamento às recomendações ali contidas no tocante àquele empreendimento.

Além disso, em consonância com as diretrizes do Governo do Estado, reitero que a Copel como empresa vinculada à administração indireta do Paraná, adere plenamente as medidas de transparência preconizadas pelo Governo Estadual, motivo pelo qual nos encontramos hoje aqui.

Gostaria de fazer uma breve apresentação sobre o assunto que coloco, os pontos principais da testa pretensa aquisição da quarta parte da El Paso na Usina de Araucária. A primeira transparência é só uma informação da potência da Usina 484,5 mgwts, de 161,5 mw cada uma e uma turbina a vapor de 161,5. O combustível é gás natural.

**(Continua apresentação de slides, ao mesmo tempo em que lê relatório e tece comentários)**

A composição acionária: a El Paso detém 50%, a Petrobras 20% e a Copel os outros 20%. O contrato que a Copel assinou em 2000, o famoso PPA, que nada mais é que o contrato de compra e venda de potência segurada da usina, a Copel se comprometeu a adquirir toda esta potência e ficou responsável por todos os custos de operação e manutenção da usina, ou seja, fornecimento de insumos como água, combustível, etc.

E a solução de controvérsia prevista no contrato era por meio arbitral internacional, a ser regida pela legislação brasileira, dos problemas que houveram durante e após a construção da usina. O primeiro problema foi a composição do gás boliviano, que não era de acordo com as especificações da turbina. Quer dizer, é o inverso. Normalmente se coaduna a turbina para o gás que se tenha. Aqui, nós compramos uma turbina para um gás que não tinha. E foi necessário instalar uma unidade de processamento de gás que custou, na época, para os sócios, 43 milhões de dólares. Em setembro de 2002, foi considerada terminada a usina, apesar de problemas operacionais existentes na época, muito bem levantados aqui pela CPI, que colocou na página 35 do documento de recomendações, em que existiam dois problemas sérios com a usina. Então, eu gostaria de ler o que consta do relatório.

Página 36: Descobriu-se, ainda, diversos problemas técnicos e operacionais na usina, daonde chegou-se à conclusão de que a mesma ainda não tem condições de operar de forma constante e segura, em razão de dois problemas principais. a) A unidade de processamento de gás

natural e os tanques de armazenamento, após o processamento do gás entregues pela Compagás, o GLP e a nafta, devem ser armazenadas para futura comercialização. Estão instalados bem próximos da usina geradora de energia, que quando em funcionamento produz faíscas capazes de causar uma ignição em vapores combustíveis que estiverem na atmosfera ao redor da usina. Em fase desta situação, que em tese também materializa erro de projeto, foram detectadas condições de elevado risco de explosão, através de medição, quando se fazia o carregamento de um caminhão-tanque, na única baía destinada a carregamento de nafta, no dia 30.01.03, sendo que após esta data a operação não mais se repetiu.

Dois: falta de cuidado com relação à análise de compatibilidade entre as características elétricas de energia produzida pelas turbinas à gás e as mesmas características requeridas para que se possa inserir esta energia na rede básica do sistema interligado nacional. São as conclusões da CPI da Assembléia.

3) A Aneel, não homologou o PPA, em função de cláusula de reajuste baseado em dólar. E por apresentar preços compatíveis com a moticidade tarifária. Só para dar uma idéia, hoje, o mw/h da usina de Araucária estaria em 187 reais. A Copel vendeu no leilão, em dezembro de 2003, a 57 reais. Portanto, mesmo que operando, a Copel estaria pagando 187 reais o mw/h para Araucária e vendendo a 57 reais. É por isso que a Aneel não aprovou, um dos motivos da não aprovação do contrato.

As turbinas não se enquadram nas normas do sistema elétrico nacional, com o desligamento sobre a frequência antes do requerido pelo INS. Foi o que li na conclusão do relatório da CPI.

Pagamentos de potência: desde a inauguração até dezembro de 2002 foi pago 86 milhões de reais, equivalente a 23 milhões por mês. Em janeiro de 2003, a Copel suspendeu o pagamento do PPA. Em abril de 2003, a UEG considerou o contrato rescindido e cobrou o valor da rescisão estipulado inicialmente em 827 milhões de reais.

Eu gostaria de ler na página 59 do relatório, as recomendações da CPI: Consoante as recomendações constantes no sub-relatório elaborado pelo Deputado Wanderlei Iensen, atinente à relação Copel-UEG, indicamos anulação do contrato de compra e venda de potência segurado - que fizemos - ajuizamento de ações para resguardar a Copel de responsabilidades, bem como para reaver ressarcimento de prejuízo. É o que o Ministério Público está fazendo. Em face do risco de racionamento decorrente da atual fase, de baixa precipitação pluviométrica, que o Governo do Estado estude condições de operação da UEG, mediante a solução provisória do controle da usina, com início das operações somente em ótimas condições de segurança. Estamos atendendo a recomendação da Assembléia Legislativa, adquirindo a parte da El Paso e ter o controle da usina. E só vamos operar depois de aprovado o negócio pela Assembléia e pela Aneel, claro depois de ter feito os consertos necessários para a usina operar em segurança.

Aqui tem um quadrinho demonstrando quanto a Copel teria pago sem produzir um km/h, entre dezembro de 2002 a dezembro de 2005: 844 milhões de reais. Portanto, teria pago, não vendendo, porque não tem mercado para comprar energia. Se ela tivesse funcionando. Este seria o desembolso, nestes três anos em que estamos lá na Copel.

As negociações com a El Paso, as condições, o número de litígio e dos aportes. O valor de indenização inicialmente solicitado pela El Paso, junto à Arbitral de Paris é de 827 milhões de dólares. O valor investido na El Paso, em reais, foi de 432 milhões, sem correção, por exemplo, valores históricos. Ou se usamos o dólar de 2,3 - que foi o dólar da média do mês de abril - equivalente a 202 milhões de dólares. Só lembrar que a UEG é uma empresa nacional, portanto, sua contabilidade é em reais. Então, o valor investido, de fato, é de 432 milhões de reais.

A proposta: a Copel adquire as cotas da El Paso na UEG. A proposta prevê um pagamento pelo preço de 192 milhões de dólares, no dia da concretização do negócio. Com a realização da transação, o litígio será extinto. Portanto, mais um atendimento à solicitação da Assembléia. E a Copel ficará com 80% da usina, já detém 20%, com mais 60% da UEG passaríamos a ter 80% da usina. O resultado da negociação encerra o litígio, que está há três anos aí, e seus riscos conseqüentes. Claro que traz um impacto positivo junto ao mercado financeiro, a Copel teria uma redução substancial de risco, uma vez que deixa de ter um litígio desse porte, e conseqüentemente reduz o custo financeiro dos empréstimos que a Copel venha captar conseqüentemente em benefício da população paranaense porque teríamos uma tarifa mais baixa. Possibilidade de corrigir as pendências técnicas, operar a usina e vender energia a partir de 2010 no mercado regulado, ou antes se houver demanda no mercado livre. Só uma informação, no dia 13 de março o Governo Federal colocou o plano decenal de expansão do setor elétrico, e já considerou a usina de Araucária operando a partir de dezembro de 2008 para atender o sistema nacional. Portanto ela pode ter uma operação, não em 2010, antecipada para 2008.

Suspensão de pagamento. Sem a suspensão de pagamento a Copel teria pago pela potência, entre janeiro de 2003 a dezembro de 2005, 844 milhões, como eu já falei, é quase o sobro do valor objeto da proposta de compra e venda da participação da El Paso, sem considerar os custos operacionais que a Copel teria também nesse período. Se considerar o que a Copel pagaria para a Petrobras, esse valor vai a um bilhão e meio. Portanto, a Copel teria gasto um bilhão e meio nesses três anos sem gerar um kw, e mesmo que gerasse não tinha para quem vender, portanto era prejuízo mesmo. Ainda na hipótese da não suspensão dos pagamentos, a Copel pagaria até o final do contrato 3,4 bilhões, sem considerar os custos operacionais. Claro que lá numa determinada época a Copel passa a vender e teria uma receita, mas só conside-

rando esses três anos já teria um desembolso de um bilhão e meio, e claro que a Copel não teria como pagar.

A compra da El Paso, 60% da UEG, visa eliminar o risco do litígio referente à rescisão do contrato de potência, do PPA. Ao se comprar a parte da El Paso extingue-se o PPA que contém obrigações contratuais da ordem de 3,4 bilhões, mediante investimento da aquisição da El Paso por 190 milhões. Então, por 190 milhões nós estamos adquirindo, não é despesa, a Copel está comprando um patrimônio, invés de pagar uma conta que teria despesa sem ter para quem vender. Então, o que a Copel está propondo, a consideração da Assembléia, é uma autorização para adquirir 60% da usina e ficarmos com 80%.

O custo para correção das pendências técnicas está estimado em 11,9 milhões de reais. A Copel tem feito consulta aos fabricantes dos equipamentos, é o valor provável de conserto. Temos uma outra alternativa em transformá-la elas em bi-combustível, já que existe hoje um problema com o gás da Bolívia, que nos custaria mais 31,4 milhões. É bom lembrar que as usinas que entraram no último leilão de energia, as térmicas todas entraram com bi-combustível, quer dizer, o problema não é da Copel, o problema é do País, e que eu imagino que alguma solução vai ter, ou usando o diesel, ou resolvendo o problema com a Bolívia. A operação da usina levará em conta as condições comerciais de um novo contrato de combustível, sendo que no último leilão, que eu já comentei, as térmicas bi-combustíveis mostraram-se competitivas. E eu também já comentei, o Ministério de Minas e Energia divulgou no plano decenal que a necessidade de operação da Araucária seria em dezembro de 2008.

Bom, após essa apresentação estamos à disposição para algumas perguntas que visem esclarecer melhor a matéria, eu e os demais diretores da Copel que estão aqui ao meu lado.

### ***Interpelações:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos uma ordem de inscrição.

Primeiro orador Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Dr. Rubens, hoje tivemos o representante da Copel e da El Paso pela manhã na Comissão de Fiscalização e algumas dúvidas estão no ar.

Não me reporto à construção da UEG, a aquisição UPGN, a compra dessa processadora que depois se tornou desnecessária, porque não estava aqui no mandato passado. Precisamos esclarecer alguns pontos com relação a essa mensagem.

Gostaria que o senhor comentasse a matéria que saiu na Gazeta Mercantil, dia 29 de março de 2006. Já

solicitei para que a Comissão requeresse as gravações. Está na página c-4. Diz que a Copel investe para afastar o risco de sancionamento. E também diz que tem a termelétrica de Araucária, adquirida em janeiro, deverá entrar em atividade em seis meses. Aí vem toda uma história. O Diretor Técnico da El Paso confirmou que haveria necessidade de cinco milhões de dólares para que viesse a funcionar. Aqui na matéria consta que o investimento da Copel está na ordem de 50 milhões de reais para colocá-la em funcionamento.

Estivemos lá e verificamos que os técnicos já estão ultimando os trabalhos para adequação e voltar ao funcionamento. Espero que em definitivo e não como anteriormente, por cem horas.

Já constatamos que a Copel já assumiu a dívida que era na ordem de 500 milhões pelo gás não consumido e não utilizado, mas como tinha no contrato pagava igual, já constatamos que a Copel renegociou e começará a pagar, a partir de 2010, 176 milhões de reais.

Ao rigor do que já constatamos, o negócio já foi realizado e a Assembléia só estaria homologando através desse projeto de lei.

Gostaria que o senhor comentasse sobre essa circunstância do parcelamento do gás não consumido já por parte da Copel, assumindo até a parte que seria da El Paso e, também, em relação a essa afirmação do jornal de que em janeiro já teria, em comum acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Petrobras e o Ministério de Energia Elétrica, adquirido.

Se for isso, não só a Copel, mas o próprio Governo está imbuído de um interesse público. Só que daí teríamos que ser mais claros e objetivos, realmente dizendo: olha, a função da Assembléia Legislativa (dos Deputados) é só homologar uma transação que já foi feita pela Aneel, pela Petrobras, pela Copel e, por conseguinte, pelo Governo do Estado.

Era esta a minha pergunta, objetivamente: se o negócio já foi realizado, porque devido à verificação que fizemos, o próprio parcelamento por parte da Copel, e a própria suspensão da ação como falou hoje o representante jurídico da El Paso, que está suspensa no Tribunal de Paris, a ação enquanto está em negociação.

Gostaria que o senhor comentasse sobre isso.

#### O SR. RUBENS GHILARDI

Pois não. Em primeiro lugar, essa matéria que o senhor coloca, tenho uma cópia, aqui, da Gazeta Mercantil. A declaração é deles, não é minha. Eles colocam o seguinte: “09 de Março - Termelétrica Araucária, adquirida em janeiro, deverá entrar em atividades em seis meses.”

Desconheço de onde tiraram essas informações. Minha não foi. Na metade da matéria para baixo aparece a minha declaração. Portanto, essa pergunta tem que ser dirigida ao jornalista da Gazeta Mercantil.

Segundo, a Copel tem dois negócios: uma coisa é a dívida da Copel com a Petrobras referente ao gás, que

não tem nada a ver com a El Paso. A Copel era responsável pela operação da usina. Portanto, toda despesa operacional, incluindo o gás, água, era por conta da Copel. A dívida foi constituída em 2002, pela gestão anterior. Esse contrato levava a um valor corrigido até junho de 2005, em 750 milhões de reais. Dentro dessa dívida tinha uma parte que era o *take or pay*, que era o gás; tinha uma parte que era o transporte do gás, e a parte que era juros, correção pelo não pagamento.

Negociamos com a Petrobras, ela considerou esse contrato rescindido em julho de 2005 e a dívida permaneceu. Tínhamos que ter uma solução. Negociamos, então, o pagamento somente do transporte, porque houve um investimento para fazer o gasoduto para atender a usina em si.

Não pagamos o gás, e esse transporte pedimos quatro anos de carência para começarmos a pagar em 2010, imaginando que, se aprovado pela Assembléia, aprovado pela Aneel, aprovado pelo CAD, a Copel teria condição de operar a usina em um mercado regulado. A partir de 2010, portanto, ela deve gerar o recurso para pagar essa dívida. Então, quem assumiu a dívida foi a Copel, mas com a expectativa que todas nossas autorizações sejam feitas.

Acho que é isso.

#### O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo inscrito, Deputado Dobrandino da Silva.

Gostaríamos, Deputado Dobrandino, de estipular um tempo. Temos vários Deputados inscritos.

Para que possamos dar andamento de forma organizada, estipulamos, o Presidente Hermas Brandão também sugeriu, cinco minutos para cada questionamento.

#### Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente da Copel, Dr. Rubens;

Relacionamos uma série de perguntas. Não sei se faço a pergunta ou passo esse relatório de questões para o senhor responder.

Bem, vou fazer as perguntas: quem e quando foi assinado o contrato de compra e venda de potência PPA da usina de Araucária? É verdade que a usina pode explodir se entrar em operação ou além dessa existem outras consequências danosas? Por que a Aneel não aprovou o contrato? Caso a Copel mantivesse o contrato do PPA, qual seria o valor atual da energia? Qual é a expectativa de custo da energia após a aquisição das contas da El Paso?

São várias, vou lhe passar, Dr. Rubens, imagino que talvez não possa responder todas, mas uma quero que o senhor responda: quantos milhões de reais a El Paso investiu na usina? A Copel está pagando um valor maior ou menor - porque foi questionado aqui na Casa um dia desses, que a Copel estaria pagando um valor muito superior ao valor da usina. Vou lhe passar esta relação.

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Esta que o senhor perguntou por último, o valor que a Copel está adquirindo a participação da El Paso, é o mesmo valor que a El Paso, investiu em reais ou em dólares um valor menor. Porque na realidade, se pegarmos o dólar atual de US\$ 2.07, vamos pagar em torno de 390 milhões de reais. Portanto, temos, pela baixa do dólar, um ganho em cima do que a El Paso investiu em reais. Em dólar é o valor equivalente sem correção, valor histórico. É um bom negócio. A El Paso está com um problema sério lá fora, de caixa, se todos os dois tivessem certeza que iriam ganhar alguma ação ninguém vendia e ninguém comprava. Se eles estão vendendo é porque existe uma possibilidade, necessidade desse recurso e se estamos comprando, entendemos que existe a possibilidade dessa usina funcionar e produzir resultado para a Copel. Que não é aquele resultado, se perguntasse: Faria uma usina dessas hoje? Não faria. Mas, a usina está aí; tem que resolver o seu problema. Ela dá um retorno, não o ideal, mas um retorno que dá para amortizar a dívida.

A sua pergunta, quem assinou o contrato? Quem assinou o contrato foi a gestão anterior em 20 de maio de 2000 e a Copel se encarregou de adquirir toda a energia da usina e arcar com todos os custos. Portanto, o contrato na realidade não é aluguel da usina. O *leasing* que depois de vinte anos você amortizaria tudo que ele venceu, uma taxa de retorno de 16% ao ano em dólar, você ficaria com a usina. É claro, você pagou trezentas vezes, ficou vinte anos pagando.

É verdade que a usina pode explodir? Bom, li aqui o relatório da própria CPI e o que conta é verdade. Existe um vazamento de gás. O diretor-técnico está aqui, se precisar de mais detalhes, existe o risco de explosão.

Por que a Aneel não aprovou o contrato? Comentei já também que tinha reajuste em dólar e a tarifa era absurda. Você não poderia empurrar uma tarifa dessas para o consumidor paranaense que seria impagável. Essa usina não tinha mercado fora do Paraná. Ninguém compraria a energia dessa usina. Só compraria na marra a Copel Distribuição. Portanto, quem ia pagar a conta era o consumidor paranaense. Comparando, hoje a tarifa média que a Copel Distribuição compra é R\$ 60,00. Se ela estivesse comprando de Araucária estaria pagando R\$ 187,00. Só isso daria um acréscimo na tarifa da Copel Distribuição para os consumidores do Paraná em 27%. Só essa usina.

Qual a expectativa do custo de energia elétrica após a aquisição das cotas da El Paso?

Estamos trabalhando, o último leilão, a tarifa de usina térmica foi em torno de R\$ 140,00. No próximo leilão a tendência é subir, estamos usando conservadoramente o valor do último leilão, R\$ 140,00. Isso daria um retorno de 7% ao ano. Não é uma aplicação ideal? Não. Mas, é uma aplicação que dá um retorno compatível com uma empresa de serviço público. Ou seja, para atender ao nosso consumidor 7%. A empresa privada não investe menos de 15%.

Se não houvesse o litígio, quanto a Copel já teria pago? Isso que comentei, 844 milhões que seria o dobro que estamos propondo comprar, os 60% teríamos pago a despesa sem ficar dono de nada.

Quanta energia a Copel vendeu às demais federais?

A Copel tem uma energia assegurada que é a potência das usinas com a energia que ela pode produzir de 2000 megawatts. Tem algumas compras feitas no passado, por exemplo CIEN que foi mais 400 megawatts, tem a cota de Itaipu. Portanto, a Copel tem, em termos de energia assegurada, três mil megawatts médio. Ela vendeu os 100% no leilão.

O preço médio de venda em 2005 foi R\$ 57,00. Esse dá para comparar o 57 com 187.

Qual seria o prejuízo da Copel em função do custo de energia da UEG?

É esse valor que demonstramos, porque essa energia seria sem consumo, quer dizer, você teria que pagar sem ter para quem vender, porque ninguém compraria uma energia a esse preço e mesmo assim, quando ela entrou em operação, a Copel tinha um mil megawatts médio para vender no mercado, que é a compra da Cien, a compra da Araucária e outras compras. Só que ela chegou no mercado e tinha oito mil sobrando. Então, ela acrescentou nos oito mil mais mil. Então, sobrou nove mil.

Quantos milhões de reais a El Paso investiu na usina?

Já comentei que são os 430 milhões e a Copel está pagando esse valor.

Quanto custaria uma nova usina?

Provavelmente menos do que custou essa, porque na época em que foi construída existia uma carência de usinas térmicas no mundo, havia uma procura muito grande e, portanto, o preço era em função da demanda. Hoje ela custaria um pouco menos e o preço que vimos, foi avaliada em 280 milhões, 250 milhões de dólares.

Quanto terá que ser desembolsado para reparar a usina?

Isso eu já comentei que seriam em torno de dez milhões para reparar a usina e mais trinta milhões para transformá-la em bi-combustível. E o preço de venda da energia eu comentei a 140, que foi o que fizemos, mas provavelmente terá uma tarifa maior. Aí o que vamos oferecer no próximo leilão, seria tarifa regulada a partir de 2010 - entre 2006 ou 2007 até 2010 ela ficaria disponível para atender o mercado livre.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Obrigado, Sr. Rubens!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Gostaria de solicitar ao pessoal do som que, se pudesse, providenciasse uma melhora, porque estamos com dificuldades de entendimento.

Próximo inscrito, Deputado Plauto Miró.

## ***Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Presidente da Copel, Dr. Rubens, em seu nome quero saudar a todos os integrantes da empresa aqui neste momento na Assembléia; Procurador-Geral do Estado.

Dr. Rubens, fizemos algumas perguntas na Comissão de Fiscalização, na presidência do Deputado Neivo Beraldin, e foram respondidas, sendo que algumas venceram e outras não, e esse é o procedimento normal. O senhor disse, minutos atrás, que a UEG é uma empresa rentável.

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, eu disse que ela pode se tornar rentável. A UEG é rentável. Se a Copel pagasse o contrato integral, a El Paso levava 60%, a Petrobras 20% e a Copel pagava os cem e ficava com 20%. É claro que é rentável.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Que maravilha! Então, ela pode ser amortizada em vinte anos, que é o prazo do contrato.

O SR. RUBENS GHILARDI

Esse é o prazo de depreciação. A usina térmica deprecia em vinte anos. Então, no final do processo ela é zero em termos de valor, mas pode ser zero em termos de usina, ou seja, não vale nada.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Só para lembrar o senhor que a Copel é dona de uma usina lá em Figueira que funciona há mais de quarenta anos. Está utilizando e está produzindo energia.

Dr. Rubens, em vinte anos está amortizado o valor da indústria. Segundo o contrato que tenho do aditivo firmado entre a Copel, a Petrobras e a El Paso, no término de vinte anos essa UEG torna-se propriedade da Copel, com custo zero.

O SR. RUBENS GHILARDI

Sim. Claro, depois de vinte anos você paga uma remuneração de 16% ao ano, pagou dez usinas ou mais e não pagou uma.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Fico feliz em ouvir o senhor falar que ela é rentável, que em vinte anos é amortizada e aí faço a pergunta: por que vamos pagar 190 milhões de reais?

O SR. RUBENS GHILARDI

Se for para usar o seu argumento, estamos comprando o que é rentável, porque ela é ruim para a Copel, mas é boa para a Araucária. O que a Copel está fazendo?

Comprando uma usina que se a ela pagar, é rentável. Agora, a Copel tem que ser rentável, tem que vender para alguém. Então, o que estamos fazendo?

Vamos comprar uma usina que pode ser rentável se houver mercado para vender. Ela era rentável, porque o pagador da conta era o consumidor paranaense, sem ter para quem vender. Quer dizer, era ótimo! Para a El Paso seria o melhor negócio do mundo; a Copel seria a pagadora ou quebraria; a CIEN pagaria a Araucária e estaria quebrada.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Para mim não ficou bem claro!

O SR. RUBENS GHILARDI

Mas o senhor está fazendo confusão entre Araucária e Copel. A Araucária é uma empresa que tem 60% de participação da El Paso, 20% de participação da Petrobras e 20% da Copel. Agora, quem assumiu a conta dos 100% foi a Copel. Claro que se pagarmos os 100% ela seria rentável só que a Copel quebra. A opção é: quebramos a Araucária ou a Copel? Resolvemos manter a Copel e quebrar a Araucária.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Só para deixar bem claro: no término de vinte anos ela vem de graça para a Copel?

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, ela pagou durante vinte anos, 16% ao ano de remuneração; não vem de graça.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Então, ela vai pagar 190 milhões para a El Paso...

O SR. RUBENS GHILARDI

Esqueça, o senhor está perguntando dos vinte anos. Se eu mantivesse o PPA por vinte anos, eu pagaria 16% ao ano para a El Paso de 190 milhões. Quanto dá isso em vinte anos? É isso que a El Paso receberia. Agora a usina é sua, não vale mais nada.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

A partir do momento que a Copel pagar 190 milhões de dólares pela participação da El Paso, que é 60% ela vai ter os custos da mesma forma?

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, não, são coisas diferentes. A El Paso alugou a usina, ela não tem custo nenhum. Ela construiu a usina, agora eu quero 16% de remuneração, não tem custo nenhum, a Copel é quem tem todos os custos hoje. O que a Copel vai dizer: esse seu dinheirinho que você está me alugando, vou ficar com ele, vai ficar para mim. Eu vou diminuir a minha tarifa para atender o consumidor paranaense. Se eu estivesse pagando para você, teria que remunerar em 16% ao ano; remunero em sete e faço uma tarifa mais com-



patível para o consumidor paranaense e brasileiro. São duas coisas: uma coisa é o PPA que a Copel comprou a energia, arcou com todos os custos. Outra coisa é Araucária que fez uma usina, isso é lucro para a Copel.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Naquela reunião, o senhor falou que o mercado de energia só vai acontecer no ano de 2010 ...

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, o mercado de energia quando foi feita Araucária entrava em operação em 2002, não tinha mercado para ela ...

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

E no começo de 2003 o novo Governo cancelou ...

O SR. RUBENS GHILARDI

... não tinha mercado em 2002. Portanto, a usina que ficou pronta não tinha para quem vender. Esse mercado de 2002, voltou para um patamar de 98, ele teve quatro anos depois do racionamento, uma redução de mercado, ele só está retomando em 2010.

Portanto, ela só vai ter mercado em 2010.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Por que quando ela deveria entrar em funcionamento, foi feito um teste, parece, de cem horas, ela entrou em funcionamento por cem horas?

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, ela fez o teste de cem horas, não entrou em funcionamento. Tinha que entrar em funcionamento comercial, ou seja, entrar no sistema e vender energia. Aí você dizia: ela entrou em funcionamento?

Não, ela fez um teste de verificação para ver se havia risco ou não, tanto assim que o bombeiro estava lá e tinha uma série de colchões em cima da usina para ela não explodir, Mas, ela não foi vendida comercialmente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

É interessante, o senhor colocar essa posição, e hoje os representantes da El Paso disseram aqui na Comissão ...

O SR. RUBENS GHILARDI

Então, fica fácil, se ela entrou em operação em setembro por que não foi vendido nenhum quilowatt em setembro, outubro, novembro e dezembro?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Ela entrou em teste por cem horas e com certeza alguém comprou a energia que ela gerou ...

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, não comprou. Essa é pergunta que eu faço.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Ela não gerou nada em cem horas?

O SR. RUBENS GHILARDI

Não. Não gerou energia, foi teste para ver se os equipamentos funcionavam. Quando teria que gerar comercialmente, que seria a partir do dia 20 de setembro, que foi inaugurada, ela não vendeu nenhum quilowatt.

Mas, por que não venderam em setembro, outubro, novembro e dezembro? Tinha que ter perguntado para eles e para o Ingo!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Essa usina foi construída com que objetivo, sendo um instrumento de socorro no momento do apagão?

O SR. RUBENS GHILARDI

Eu não estava na Copel, estou no setor elétrico há quarenta anos. Havia até 99 um mercado, criaram um mercado spot em que você chegou a vender energia a 680 reais o megawatt/hora, o que estava acabando com o país e, conseqüentemente, poucos fizeram isso, vamos investir em novas fontes de energia para ganharmos dinheiro. Agora, essa usina não tinha mercado pelo preço que ela foi concebida, só havia uma solução: a Copel, compraria a energia dessa usina. E a energia da Copel, que é barata, seria vendida no mercado.

Imagino que só podia ser a intenção do pessoal na época, porque se eles fizessem essa compra não tinham para quem vender, a tarifa era muito alta.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

O senhor conhece a empresa de auditoria MRP?

O SR. RUBENS GHILARDI

Não conheço.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

É uma empresa americana e está entre as melhores do mundo, fica na Flórida, nos Estados Unidos. E ela deu o parecer de que UEG, no ano de 2002, estava em condições, atestou não foi nem parecer, ela atestou que a UEG, estava em condições de funcionamento.

O SR. RUBENS GHILARDI

Você fez uma usina para vender energia, inaugurou....

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

No momento do apagão, no momento de socorro essa usina estaria em funcionamento...

O SR. RUBENS GHILARDI

O apagão foi em 2001.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Deixe-me terminar, Sr. Presidente. Então o Governo mudou, uma filosofia nova entrou, e o discurso político tomou conta.

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Eu só queria fazer uma observação que o Dr. Ingo não lembrou pela manhã: tem uma carta do dia 19 de fevereiro de 2002, do Dr. Ingo ao Dr. Pedro Parente, Ministro-Chefe da Casa Civil, Coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia. Esta carta, se o senhor quiser uma cópia, cederemos, ele diz que: com a situação em fevereiro de 2002, inviabilizou a usina.

Não sou eu quem está dizendo, está assinado aqui pelo Dr. Ingo.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Deixa para nós então uma cópia.

Só para lhe dizer, não estou convencido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo do Estado deve pagar os 190 milhões. Estou dando a minha opinião. Uma usina que lá no começo do atual Governo foi apontada como um bomba, que se apertasse o botão ela iria explodir, não sou eu que estou falando, está nas notas taquigráficas da Casa no período em que a CPI da Copel, aconteceu. Agora inverteu, ela deixa de ser uma bomba e passa a ser interessante para o Governo do Estado do Paraná.

Segundo: tem essa questão aí que discutimos que em vinte anos, com amortização, acaba ficando de graça para a Copel. Então é muito, muito estranho e tenho certeza que esta Casa vai discutir muito para poder, no momento certo, ver esse projeto na Ordem do Dia para ser votado.

Eu vou dar um espaço, se possível na continuação eu volto.

***Deputado Ademar Traiano (PSDB)***

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Ilustre Presidente da Copel, Srs. Diretores, Srs. Deputados:

Vou me ater a apenas uma pergunta, não vou entrar na questão técnica até porque não entendo muito bem.

Na mesma esteira da conclusão do Deputado Plauto eu lhe pergunto, Dr. Rubens, eu lhe conheço pouco mas tenho as melhores informações com relação à sua pessoa e devido a essas informações eu devo respeito a V. Exa. como Presidente da Copel. Mas, o que mudou no Paraná com relação à postura do Governador no primeiro dia de posse nesta Casa e o momento atual em que estamos vivendo? Porque é público e notório - e as notas taquigráficas estão para provar - a manifestação do Sr. Governador que colocava essa questão, aqui no Estado, como uma verdadeira bomba-relógio. Hoje, pela manhã e V. Sa. acabou de dizer que ela corre o risco até de explodir, hoje pela manhã os técnicos da empresa que aqui

estiveram nos disseram que ela, desde que adequada e com investimentos da ordem de 5 milhões poderia perfeitamente funcionar, render e auferir lucros para a Copel e para a sociedade em que a Copel está inserida. Eu ouvi também aqui do senhor a mesma manifestação: que é possível ser rentável. Não era o que afirmava o Governador, na época!

A pergunta que lhe faço: Não seria melhor investirmos os 5 milhões, neste instante, continuar com a parceria, Governo do Estado, Copel, enfim a UEG e a outra empresa que faz parte da sociedade, não seria melhor continuar do que investirmos 190 milhões de dólares num empreendimento que o Governador não acreditava e, quero crer, continua a não acreditar?

Aí é que está a grande dúvida desse Parlamento; parece-me que estamos fazendo papel de bobo da corte e pelo que entendo, hoje pela manhã, pelos técnicos que aí estiveram, que há um entendimento amplo entre Copel e a empresa de cessar o processo na sua tramitação para que a Assembléia aprove a compra e aí tudo terminará como “dantes”, em perfeita harmonia, acabou o discurso da decência, da ética, da moralidade do Governador Roberto Requião. Estamos vivendo num momento de paz e amor.

Esta é a pergunta que lhe faço: O que mudou nesse Governo? Acabou a ética, a decência a moralidade ou o Governador está na contramão daquilo que apregoava no passado?

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Em primeiro lugar há um equívoco entre Copel e Araucária. A Copel é uma empresa que compra energia de Araucária. Araucária é uma empresa que aluga uma usina e a Copel tem 20% dessa empresa que aluga. A Copel compra essa energia para vender para alguém, se não tem para quem vender isso custa para o consumidor paranaense que vai ter um prejuízo. Se vou pagar 844 milhões em três anos, ou 23 milhões por mês para comprar uma energia que não tem onde usar, prefiro ser dono da Araucária, que vou vender para quem pode pagar um preço compatível. Não posso cobrar 16% de remuneração/ano em dólar, num país como o nosso. Claro que Araucária é ótima, pois a Copel paga a conta. Só que a Copel tem 20% de Araucária e paga 100%. Quem ganha? El Paso ganha 60%, Petrobras 20% e a Copel 20% mas paga 100%.

Então, o que está faltando é entender a lógica. Uma coisa é a usina de Araucária. Claro que a Petrobras vai dizer que é ótima, a El Paso também, só que quem paga a conta é a Copel. Se dissesse a usina é ótima para não vender para ninguém, o que ia ser feito se a Copel não eestivesse comprando? Estaria dando prejuízo para quem investiu, inclusive a Copel. Mas, como tem por trás um padrinho para bancar a conta, que é a Copel, é claro que é rentável. Uma coisa é a usina de Araucária, outra coisa é a Copel; a Copel tem 20% mas paga 100% da conta. O que estamos dizendo é o seguinte: esta conta que paga-

mos 100%, vamos administrar, 80% é nosso. A El Paso cai fora e fica a Petrobras porque precisamos dela. Aliás, a parte que a Copel vai comprar há um interesse da Eletrosul e da Eletrobras ser parceiro nosso no futuro. Porque a usina hoje, tem uma importância para o setor elétrico.

Estamos comprando um patrimônio, que hoje não é nosso, só pagamos a conta. Então, não tem nada a ver os 190 milhões que estamos comprando a usina com os 800 milhões que paguei uma despesa, não comprei nada, só teria dado dinheiro para eles. Eu estou comprando 190 milhões, 60% daquela usina.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Com todo respeito à sua resposta, eu tenho que discordar. Acho que tem a ver sim, é o dinheiro dos paranaenses que está em jogo. Até porque são três anos e meio apenas, gostaria de fazer o contra ponto...

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Em três anos o dinheiro paranaense tinha isso para eles já, 844 milhões, estou dizendo agora vou comprar por 440.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

A Copel e o Governo do Paraná passam um atestado de competência daqueles que executaram a obra no passado, porque se no passado a UEG, a El Paso, enfim essa sociedade era uma bomba-relógio para o Paraná, estava prestes a explodir era o sinônimo da maior negociata indecente deste Estado, hoje ela passa a ser séria. Então, o Governo e a Copel passam um atestado de que a empresa não era tão incidente assim, ela reconhece hoje.

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Aí a Copel vai administrar a usina, não é a El Paso alugando para a Copel. Além do quê, quem disse que vai explodir não foi só a Copel. Foi um laudo pericial feito em juízo. Foi o juiz que pediu o laudo, não foi a Copel, comprovado por dois técnicos ingleses e dois portugueses. Não é a Copel que diz. A Copel tem o laudo pericial da juíza (posso lhe mandar cópia), não é da Copel, é dos pareceres dos técnicos ingleses e portugueses.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

O que nos passa, na verdade, é um cheiro muito forte de algo que deixa uma certa nebulosidade.

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Sr. Deputado, a hora que aparecer algum cheiro onde eu estou eu saio antes.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Não estou lhe acusando, estou falando em função do pronunciamento do Governador. E o que nos passa, no momento, é que há um pré-acordo e que a Copel já deve estar sentindo que vai ser penalizada em função do que

poderá ser arbitrado lá em Paris. É exatamente em função disso, para não pagar um determinado valor apressa a compra pelo valor de 190...

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Sr. Deputado, se existe esse ganho, por que a El Paso está vendendo? Esperaria terminar a ganhar oitocentos milhões de dólares!

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

V. Sa. sabe que o empreendimento deve ser realmente rentável, é por isso que o Governo está apressando a compra e dando o atestado de incompetência àqueles que executaram a obra no passado.

Obrigado pela resposta.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Questão de Ordem)**

O Deputado Ademar Traiano ao invés de fazer as perguntas, está questionando. Já que ele questiona, o Governo está comprando essa usina para se livrar de uma bomba que o Governo dele criou. Essa é a verdade.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Não é questão de ordem, Sr. Deputado Dobrandino da Silva.

Com a palavra Deputado Ademar Traiano, por trinta segundos.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Ele citou o meu nome, por trinta segundos é tempo suficiente.

O Deputado Dobrandino vem mais uma vez, registrar o que o Governo passado dizia: que essa empresa era uma bomba, e dá o atestado com a compra da idoneidade do Governo anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Deputado Elio Rusch.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)**

Só para saber a ordem da inscrição.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Vanderlei Iensen, Valdir Rossoni, Rafael Greca, Barbosa Neto, Elton Carlos Welter, José Maria, Elza Correia, Natalio Stica, Tadeu Veneri, Neivo Beraldin e Ângelo Vanhoni.

Antes na outra página anterior está o Deputado Scarpellini.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença de três Vereadores de Fênix: Francisco Canuto, Daniel Correia, Mauro Marangoni, que nos visitam e estão aqui assistindo a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Registrar a presença na tribuna de honra, do Vereador de Sertãozinho, Nilton Garcia.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Seja bem-vindo também a esta Casa.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Vera Cruz do Oeste, Marcos Villas Boas Pescador.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Seja bem-vindo, Prefeito Pescador.

Pela ordem, Deputado Isfer para registrar a presença.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença dos Vereadores de Irati, Mundio e Sidnei Jorge, que se encontram aqui conosco, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Bem-vindos também a esta Casa.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch, por cinco minutos para perguntas.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Uso cinco minutos no pingue-pongue.

Cumprimento o Dr. Rubens, Presidente da Copel, toda a Diretoria que se faz presente.

Dr. Rubens, como V. Sa. disse, só ficou uma dúvida comigo. Existe risco de explosão da UEG?

O SR. RUBENS GHILARDI

Da usina de Araucária, sim.

Tanto é assim que reafirmei várias vezes, que foi a Copel que falou. Foi aqui na CPI, está registrado nos autos da CPI, está registrado na perícia, da perita nomeada pela juíza. Dois países mandaram peritos, dois da Inglaterra e dois de Portugal.

Claro que tem conserto, mas existe o risco de explosão.

O SR. ELIO RUSCH (PFL).

Engraçado, Presidente Stica, que na manhã de hoje tivemos a presença do Dr. Celso, da El Paso, que atestaram francamente que não existe risco de explosão. O que existe é um risco como qualquer outro empreendimento, como existe o risco de explosão num posto de gasolina, num botijão de gás, na cozinha. Isso foi afirmado, mas em razão do empreendimento realizado, não existe.

Quem disse isso, não fui eu. Quem disse isso foi a parceira da Copel, que é a El Paso. Quem disse dessa tribuna aqui que era uma bomba e que podia explodir a qualquer momento, foi o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

O SR. RUBENS GHILARDI

Eu só queria colocar o seguinte: esse técnico que esteve aqui, esteve na usina para comprovar se havia vazamento ou não. Nosso Diretor técnico entregou a ele todos os documentos, chaves para ligar a usina, mas ele não teve coragem.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Lamento profundamente quando são levantadas hipóteses. Coloca exatamente toda uma população em polvorosa. Imagine o senhor morar perto da usina termelétrica em Araucária e o Governador do Estado afirmar que é uma bomba que pode explodir a qualquer momento. O Deputado lhe fez uma pergunta se o senhor conhecia a MRP que é uma auditoria independente lá da Flórida, nos Estados Unidos. O senhor disse que nunca ouviu falar. Também não conheço, não sou especialista. Mas, eles deram atestado que poderia, em 2002, funcionar a termelétrica.

Agora pergunto a V. Sa. o rompimento do contrato com a UEG de Araucária trouxe algum prejuízo à Copel ou ao Estado?

O SR. RUBENS GHILARDI

O rompimento de contrato, na realidade deixamos de pagar desde janeiro de 2003 que traria ao Estado um prejuízo de 844 milhões até dezembro de 2005 e que a Copel não teria condições de arcar tanto com o contrato da UEG como contrato de gás com a Petrobras que redundaria no valor de um bilhão e meio, que a Copel não teria condições de pagar porque não haveria para quem vender essa energia. Se houve algum prejuízo foi não dar o prejuízo à Copel, foi um benefício. Se estamos comprando hoje por 430 milhões, estamos pagando a metade do que estaríamos para a UEG em três anos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Parece-me, Dr. Rubens, e desculpe a minha ignorância, - quem sou eu para falar com o corpo técnico da Copel - mas, parece-me que se fosse cumprido rigorosamente o contrato, essa energia produzida pela EUG Araucária, seria jogada no sistema. E automaticamente joga essa energia no sistema, não sei para onde é que ela iria. Só quem iria comprar essa energia.

O SR. RUBENS GHILARDI

O setor elétrico brasileiro a partir de 2003/2004 mudou a regulação. Até 2002 essa usina iria ser vendida num contrato bilateral com algum consumidor. Que não teria nenhum consumidor que pagasse a tarifa, tanto assim que Aneel não homologou; até hoje não foi homo-

logado. Portanto, essa usina não tem condições de operar. Eles ficaram três anos tentando homologar o contrato e não conseguiram. Então, não estariam vendendo para ninguém porque não tinha nenhum contrato homologado. Mas hoje, se ela estiver superando, teria que entrar no leilão, vender o que foi realizado em dezembro de 2005, que houve uma sobra substancial e a tarifa média do leilão foi 50 reais o megawatt/hora. Ela entraria com um prejuízo de 180.

Portanto, não estaria vendendo para ninguém.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Na verdade ninguém consegue prever o futuro. Em 2001 foi o ano do apagão. Acho que todos os governos e as geradoras de energia elétrica deveriam ter essa preocupação de fornecer exatamente energia elétrica para o Brasil. Parece-me que em 2001, após o apagão, houve um decréscimo no consumo coisa para V. Sa., e quando foi construída a Itaipu Binacional tínhamos energia sobrando em nosso Brasil. E hoje a Itaipu é responsável por 25% da produção de energia do país. Na verdade você tem que se preparar, porque a infra-estrutura se faz necessária, porque de outra forma não se consegue atrair os investimentos e desenvolver o seu país.

A outra pergunta que faço é o seguinte: existe o recurso hoje, não sei se da El Paso, quem é a Câmara Arbitral... esse processo está na França, em Paris, e qual é o valor dessa indenização que a El Paso está solicitando?

O SR. RUBENS GHILARDI

Inicial foi 827 milhões de dólares. Hoje está pedindo mais de um bilhão de dólares.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Se ela está pedindo um bilhão de dólares, pergunto a V. Sa. essa Mensagem não veio para a Assembléia para comprar os 60% da El Paso por 190 milhões de dólares e daí a Copel seria a que teria as maiores ações e teria o controle total da UEG - Araucária e com isso iria se pedir também a extensão desse processo?

O SR. RUBENS GHILARDI

É essa a idéia.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Aí chego à minha conclusão. Então, vamos gastar 190 milhões de dólares, para não pagar 850, diante de uma atitude feita pelo Governo do Estado de rompimento do contrato unilateral. Se não houvesse esse rompimento, automaticamente não teria o processo na Câmara, em Paris.

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, a Copel teria quebrado, porque teria pago um bilhão e meio de reais entre a Usina de Araucária e a Petrobras e não tinha como vender esta energia. Portanto, quebraríamos a Copel premeditadamente, pagando a conta

ou não e vamos ver se no final deste processo judicial - se houvesse um final - quem teria razão. É claro que tem um risco (nosso diretor jurídico está aqui), tanto da Copel como da El Paso, ganhar. Agora, se existe tanta certeza de que a El Paso vai ganhar, fico admirado de ela vender por 190, se ela pode ganhar mais de um bilhão de dólares.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Não sei, talvez para se ver livre de umas ações, diante do rompimento unilateral no Estado do Paraná. Não é só com a Copel, não. Os rompimentos dos contratos são com outras empresas, também, que acontece nesta administração. Agora, são palavras suas que dizem que a Copel poderia estar quebrada. Se houve outros técnicos, temos a informação exatamente oposta. Então, cada um procura convencer os paranaenses de sua forma. Lógico, o senhor, como Presidente da Copel, nem poderia agir diferente senão fazer a defesa diante das atitudes tomadas pelo Governo do Estado.

Mas, é importante que a sociedade do Paraná saiba que existe um processo, hoje, de um pedido de indenização de 850 milhões de dólares e V. Exa. acabou de dizer que passa de um bilhão de dólares, que é o que a El Paso está pedindo e nós vamos gastar quase 200 milhões de reais em relação a este fato.

O SR. RUBENS GHILARDI

Só para esclarecer: estou defendendo interesses da Copel e do consumidor paranaense. Por enquanto, sou Presidente da Copel. E enquanto estiver na Presidência, vou defender o interesse dela. E como Presidente da Copel, os interesses da população do Paraná.

Portanto, o que estamos propondo é uma solução para o impasse, que não foi criado por mim, que já estava lá. Este impasse era um prejuízo certo para a empresa, não tenho dúvida nenhuma. Tanto assim que essas cartas do Sr. Ingo, que são várias, inclusive pedindo para a Petrobras prorrogar o contrato, para começar a valer o contrato de gás a partir de 2005 - portanto, ele sabia que não tinha como fazer - nós estamos resolvendo uma solução deixada por ele, que era um problema que ele não conseguiu resolver. Não estou defendendo nem Governador, nem Ingo, coisa nenhuma. Estou defendendo a Copel porque sou Presidente e como tal, tenho responsabilidade.

Temos um problema que está aí que se chama Usina de Araucária que tem que ser resolvido. Claro que a Assembléia é soberana. Se ela achar que não devemos comprar, não vamos comprar. Este é um problema para a Assembléia decidir.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Trinta segundos para V. Exa. concluir. Seu tempo já esgotou.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

É a última pergunta: o Deputado Traiano já fez esta colocação, após vinte anos de funcionamento da UEG

Araucária, todas as ações da El Paso, ou seja 60% viriam de graça para o Governo do Estado, ou seja, para a Copel. E aí vem minha outra dúvida: se isto virá de graça, porque vamos gastar 190 milhões de dólares? Isto virá de graça! Temos 20%, hoje, da sociedade. E daqui há vinte teremos 80%, sem gastar nada!

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, sem gastar, não, Deputado! Vamos gastar a preço de contrato lá de 2000, 3 bilhões e 240 milhões de reais. Deste montante, 16%, não é este o cálculo, mas fazendo um cálculo direto, é o ganho dos sócios. Então, não é de graça. A Copel pagaria durante vinte anos uma remuneração pelo investimento feito pelos sócios, porque é evidente que ninguém investe para não ter retorno? Ou o senhor acha que eles fizeram o investimento de 400 milhões de dólares sem pensar no retorno! Claro que queriam um retorno; a Copel, como sócia, também queria. Só que a Copel Geração iria pagar durante vinte anos, 16% ao ano deste investimento feito pela El Paso. É esta a diferença.

Então, em vinte anos tem de graça? Não! Você pagou durante vinte anos, 16% ao ano daquele investimento.

### ***Deputado Durval Amaral (PFL)***

O SR. DURVAL AMARAL

Exmo. Sr. Presidente, Dr. Rubens, mui digno Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, efetivamente as termelétricas no Brasil foram incentivadas pelo Governo Federal, em função da crise do “apagão” que vivíamos no Brasil. E foram construídas, além da termelétrica da UEG de Araucária, outras termelétricas no Brasil. Pergunto ao Dr. Rubens: quais outras termelétricas foram construídas no mesmo programa de incentivo do Governo Federal?

O SR. RUBENS GHILARDI

O programa era para quarenta termelétricas. Tenho a impressão de que foram construídas quatro. Das quatro, duas não tiveram sócio nenhum, foi a própria El Paso quem construiu: Macaé, a Norte Fluminense, que foi construída pelo Grupo da Light, mas não tinha participação do Governo do Estado, de empresa distribuidora; e teve uma no Rio Grande do Sul, não sei se ela entrou no mesmo programa. Na realidade, este tipo de investimento feito pela Copel foi praticamente inovador, porque nenhuma delas tinha um PPA, nem um contrato garantido. A única que tinha era a Copel, com Araucária. Então, Araucária foi feita com um sócio que se comprometeu a comprar tudo. As demais que foram feitas e não conseguiram vender, simplesmente estão paradas.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Exatamente. As outras quatro ou cinco termelétricas estão desativadas, no momento?

O SR. RUBENS GHILARDI

Alguns que não foram no programa da PPA, por exemplo, um grupo americano, o grupo da Enroe, construiu uma termelétrica em São Paulo e vendeu num contrato bilateral com a distribuidora deles mesmos, a energia que o consumidor paulista está pagando 150 reais o megawatts/hora, isto em 2005, quando todo o mercado brasileiro pagava 50. É um negócio de sócios: o dono da distribuidora é o mesmo dono da usina. O caso é que a Copel não tinha mercado para absorver esta usina. Não é o caso que tinha sido feito com as outras. As outras tinham seu sócio-distribuidor, que comprou a energia daquela usina, caríssima. E a Aneel homologou. Nosso contrato, até hoje, não foi homologado.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente. Dessas usinas construídas pela El Paso, alguma delas explodiu no Brasil? O senhor tem conhecimento?

O SR. RUBENS GHILARDI

Que eu saiba não. Não tenho nenhuma informação deste tipo.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Houve excesso de energia a partir do “apagão”. Todos nós sabemos. E oferta de energia. Pergunto a V. Sa. como Presidente da Copel ou como empresário, a partir do momento em que a Copel Distribuidora ou que a Petrobras é sócia de empreendimento, que a Copel é sócia do empreendimento, que tínhamos uma demanda contratada de 2 milhões e cem mil metros cúbicos de gás, e não havia mercado para esta energia, em função, como o senhor mesmo colocou, voltando a demanda a 1998, não seria plausível para qualquer médio empresário repactuar esses contratos, evitando-se, assim, o caos do seu negócio?

O SR. RUBENS GHILARDI

Tenho certeza que sim. Qualquer empresário com bom senso teria feito isso. A gestão anterior percebeu este tipo de problema, tentou negociar, tanto com a El Paso como com a Petrobras, mas não levou esta negociação mais a sério. Tanto é assim que inaugurou a usina. Se eu tenho uma posição, que ele colocou aqui em fevereiro de 2002, a usina foi inaugurada em setembro, nesta hora eu vou brigar na Justiça, porque eu sei que se eu terminar esta usina - estou dizendo - eu não tenho para quem vender. Não fui eu quem quis. Foi o Presidente da época. Claro que não vou terminar a usina. Eu vou brigar com a El Paso. Vou brigar com o país, vou brigar com a Petrobras com quem Deus queira. Não vou é levar a empresa à falência. Não continuar com o processo.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

O senhor foi muito feliz quando colocou que seria muito natural a repactuação. Pergunto, agora, a V. Sa. por

que V. Sa. ou a direção da Copel não buscou esta repactuação com a UEG Araucária e automaticamente, também, com a Petrobras, que era fornecedora do gás?

#### O SR. RUBENS GHILARDI

Eu cheguei à Copel em maio. O processo foi anterior. Mas, o Dr. Assis Correia, que é Diretor Jurídico, os demais diretores estão aqui presentes, tentaram negociação com a El Paso, só que o contrato para eles era muito tranquilo, eles tinham certeza de que iam ganhar de alguma forma, da Copel ou da Petrobras, alguma compensação pela usina de Araucária. Eu estive, assim que assumi a Copel, na sede da El Paso e recebi a seguinte resposta: “Não negociamos por menos de 300 milhões de dólares, que é o custo da usina. Por quê? Porque temos interesse em ter poço de petróleo no Brasil. Portanto, queremos negociar com a Petrobras”. E a Petrobras não queria negociar com eles. Agora, isso foi na tentativa de acertar uma coisa já acontecida. A pergunta tinha que ser para o Ingo, porque ele sabia que em fevereiro a usina era inviável. Por que assinou contrato com a Petrobras em novembro, autorizou em novembro a Petrobras faturar de 2002, e continuamos fazendo a usina quando tinha certeza absoluta que essa usina era inviável, tanto econômica como tecnicamente, e ele foi até o fim?

Então, a pergunta para nós é complicada porque chegamos com a situação já consagrada, com uma dívida impagável, se olharmos as cartas que o senhor Ingo fez no pagamento de Araucária, dizendo: “Olha, eu estou pagando, mas não deveria pagar”. Eu tenho todas as cópias das cartas que ele enviava. Então, existia por aquele dirigente a preocupação de que a usina era inviável, não negociou. O que nós estamos fazendo? O que ele deixou de fazer. Fomos à El Paso. Fomos à Petrobras, deixou uma dívida que iria se perder. Claro, não tinha como pagar. Ou você paga, põe um bilhão e meio do caixa que você não tem e quebra a empresa, ou não paga e vamos tentar negociar. Estamos terminando agora a negociação aguardando que a Assembléia nos autorize a fazer o pagamento.

#### O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Eu reafirmo e reitero, e V. Sa. também concordou, se não totalmente, em grande parte, de que a repactuação seria o melhor para o momento. Claro que aí, não depende nem da minha e nem da sua vontade, de discurso e de prática do Governo do Estado do Paraná que se tornou lesivo, e que se torna lesivo à sociedade, de rompimento unilateral de contrato. É uma constatação. Efetivamente, agora temos um problema maior, possivelmente uma decisão de um tribunal internacional que pode condenar a Copel a indenizar em mais de 800 milhões de dólares, o que poderia ter sido evitado com um entendimento, até porque nós, administradores públicos, não podemos olhar só no retrovisor, temos que ter os problemas e solucioná-los, e a UEG Araucária era um problema efetivo para a Copel. Mas, continuo na minha linha de

indagação. Há um escritório de advocacia conhecido nacionalmente que foi contratado pela Copel para assessorar a empresa na elaboração com a UEG Araucária, a posteriori esse mesmo escritório recomendou à Copel para que fosse mantido o contrato entre a Copel e a UEG Araucária. Atualmente esse mesmo escritório faz a advocacia no Tribunal Internacional de Paris, defendendo os interesses da Copel, ou seja, aquele que elaborou o contrato, ou aquele escritório que atuou na elaboração do contrato é o mesmo que defende os interesses da Copel.

Pergunto: esse escritório foi contratado por licitação pública para defender os interesses da Copel no Tribunal Arbitral de Paris? Qual o valor desse contrato? Em havendo um acordo entre as partes, ainda assim a Copel terá que pagar sucumbência, honorários advocatícios, ou as custas processuais no Tribunal Arbitral de Paris, e qual o valor total, mesmo em caso de acordo entre as partes?

#### O SR. ASSIS CORREIA

Srs. Deputados, Sr. Deputado Durval. Temos aqui presente, um dos representantes do escritório Pinheiro Neto. Não estava na Copel em 2002, mas a informação que tenho é que foi contratado em agosto de 2002, depois que os contratos já estavam elaborados; não participaram de negociação nenhuma. Esse escritório foi contratado para atuar junto à Aneel, para tentar obter uma homologação que já havia sido negada. Não participou, portanto, nem da elaboração do contrato, nem da negociação dele.

Quando assumimos a Diretoria da Copel, em 2003, procuramos a renegociação dos contratos. Exemplo disso é que passamos meses e conseguimos sucesso na renegociação num contrato tão difícil como esse.

Portanto, a nossa postura não foi buscar o confronto, mas, sim, olhar para frente e buscar soluções.

Não foi possível obter solução junto à El Paso. No começo de abril eles já estavam ajuizando o pedido de arbitramento de Paris. Isso significa que em fevereiro já tinham decidido ir ao confronto. Ninguém prepara uma ação dessa proporção em trinta dias. Após suspensão dos pagamentos eles já estavam preparando o conflito. Nós nos preparamos para outras alternativas.

Recebemos a citação no começo de abril, com o prazo de trinta dias. Não havia tempo útil para fazer uma licitação. Pinheiro Neto já conhecia a problemática, a estrutura do contrato. E a Copel tem direito, tanto quanto, a buscar a melhor defesa possível para seus interesses. E não é tão caro o que buscou. Tenho informações seguras, comprováveis de que o custo advocatício para El Paso dessa causa é de 19 bilhões de reais. Eles contrataram três escritórios no Brasil para cuidar de duas ações que existem: uma ação declaratória de unidade da cláusula arbitral; e uma ação de separação de prova. E no Brasil, gastaram o que a Copel gastou nas duas. E nos Estados Unidos gastaram mais 13 bilhões, ou mais do que isso.

Não creio que o trabalho que se cobrou pelo Pinheiro Neto tenha sido algo que esteja fora do mercado, fora do normal. Porque nesses valores estão incluí-

dos não só honorários, mas pareceres que foram obtidos em Londres, em Portugal. Tínhamos que nos firmar no processo naquela luta para ganhar.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Há alguma cláusula que prevê e qual é o valor do pagamento em havendo acordo nesse Tribunal Arbitral? Quanto mais terá que ser pago a esse conceituado escritório de advocacia?

O SR. ASSIS CORREIA

Nós temos uma cláusula de sucesso no contrato.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

E de quanto é essa cláusula de sucesso?

O SR. ASSIS CORREIA

Se a causa fosse ganha integralmente pela Copel, pagaríamos um adicional de três milhões e meio. Aí o resultado do contrato: você estão livres do contrato, não pagam mais nada. Nós pagaríamos três milhões e meio. E essa cláusula de sucesso é reduzida à metade, no caso de acordo.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Reais ou dólares?

O SR. ASSIS CORREIA

Reais.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Muito obrigado!

### ***Deputado Vanderlei Iensen (PMDB)***

O SR. VANDERLEI IENSEN

Muito bem.

Em primeiro lugar, é importante lembrarmos que a pedido da CPI, operações como essa, da compra de ações da El Paso, fossem aprovadas pelo Plenário da Assembléia. É importante lembrarmos que essa iniciativa contou com apoio do Governador e da Base de Apoio e isso ressalta a transparência e a responsabilidade do atual Governo com relação à coisa pública.

Ouvimos muitos nobres Parlamentares trazendo as suas indagações, e com algumas delas não podemos concordar, porque fazendo um cálculo rápido chegamos a uma conclusão interessante: o contrato por vinte anos é de três bilhões 456 milhões de reais. É a obrigação que a Copel assumiu.

Se eu entendi bem, Presidente Rubens, além desse valor, a Copel teria obrigação de pagar 16% de lucro, ao ano, para a El Paso, sobre o valor que ela investiu, que seria teoricamente de cento e noventa a duzentos milhões de dólares.

Gostaria de confirmar essa informação.

O SR. RUBENS GHILARDI

Nesse valor já está embutido o ganho.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Esse valor está embutido no valor do contrato de três bilhões, 456 milhões?

O SR. RUBENS GHILARDI

Desse montante 16% é um ganho, por ano.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Embutido aqui? Por ano. Sim, mas esse “por ano” no total dos vinte anos é que vai dar três bilhões, e 456 milhões?

O SR. RUBENS GHILARDI

Isso.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Estou querendo chegar em um número que deixa claro como o Estado do Paraná está, através da Copel, fazendo um excelente negócio, porque estamos deixando de pagar três bilhões, 456 milhões de reais no contrato, para pagar cento e noventa milhões de dólares que equivalem, hoje, a pouco mais de trezentos e oitenta milhões de reais.

O SR. RUBENS GHILARDI

Só uma observação, Deputado: esses três bilhões quatrocentos e pouco, é preço de maio de 2000. Hoje, teria uma correção e já estaria em torno de cinco bilhões. Nós estamos usando o preço do contrato.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Então, estamos vendo o seguinte: o Governo do Paraná, com essa negociação, está ganhando praticamente dez vezes o valor que teria que pagar pelo contrato. É bom deixar claro isso, porque ouvi alguns Parlamentares dizendo que esse acordo é lesivo aos paranaenses. Não posso concordar com uma afirmação dessa.

Ora, se tínhamos que pagar, como o Presidente disse, aproximadamente cinco bilhões de reais do contrato e vamos pagar cerca de trezentos e oitenta bilhões, estamos economizando quatro bilhões e seiscentos milhões de reais dos cofres públicos.

O SR. RUBENS GHILARDI

E usando o mesmo raciocínio, Deputado, se vender energia pelo preço que a El Paso desejaria vender, a Copel estará ganhando esses cinco bilhões.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Era justamente nesse ponto que eu queria chegar. Deixar claro que esse acordo que se está propondo busca o interesse público do povo do Paraná. Não é um acordo que busca o interesse da norte-americana El Paso.



A El Paso pelo que vejo, está aqui com esse acordo de 190 milhões de dólares. Ela está jogando a toalha porque vemos que ela começou solicitando em Paris mais de 800 milhões de dólares. E hoje ela aceita um acordo de 190 milhões.

Isso demonstra a eficiência com que foi conduzida a negociação por parte da Copel e dos seus advogados.

Quero registrar isso e parabenizar a Copel porque esses valores são infinitamente menores daquilo que consta no contrato.

Agora, ouvi aqui o meu nobre colega, Deputado Durval Amaral, fazer um questionamento ao Presidente e ele disse o seguinte: “Presidente, o senhor tem conhecimento se alguma usina da El Paso já explodiu?” O senhor disse que não. Agora, dentro dessa pergunta lhe faço outra: Dentro dessas usinas que a El Paso tem, alguma delas tem a unidade de processamento de gás natural?

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Desconheço.  
Essa é a única.

**O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)**

Então, é justamente aí que está o problema. O perigo da explosão da usina está na unidade de processamento de gás natural, porque nesse processo é que há o perigo de explosão. É bom deixar claro isso, para que depois não digam: Por que só a do Paraná pode explodir e as outras não? É justamente por causa da unidade de processamento de gás natural que foi comprada pelo valor de 43 milhões de dólares.

Então, Presidente, queria esclarecer isso e agradecer esta oportunidade, dizendo que, a pedido de nosso Líder, Deputado Dobrandino, teremos ainda mais uma solicitação no final para fazer a V. Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

### ***Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Vou pedir uma ajuda ao Dr. Rubens, porque não quero nem ser Líder da Oposição neste momento; quero ser em favor do povo do Paraná.

Estou tendo dificuldades. Não sei se tenho problemas de entendimento das coisas, mas estou tendo muita dificuldade porque num momento, Dr. Rubens, você se reúne com alguns engenheiros internos da Copel de uma outra corrente política e eles colocam uma situação. Aí, hoje pela manhã, tivemos aqui o Dr. Ingo e o pessoal da El Paso, uma outra situação. E agora o Deputado Iensen, “pintou o céu de azul oliva” e não há nenhum problema.

Fico perguntando para mim mesmo: será que sou tão atrasado, tão incompetente que não consigo entender? É claro que nós, comuns aqui, que não somos engendei-

ros, não trabalhamos nessa área, temos que ter um pouco de dificuldade. É a mesma coisa o senhor descer aqui da tribuna e vir discutir o Regimento Interno da Casa, fica muito mais fácil eu discutir o Regimento, algumas questões legislativas do que discutir a questão da usina.

Então, gostaria de pedir ao senhor que me ajudasse a compreender essa situação.

Qual é a sua opinião, Dr. Rubens, o Brasil corre o risco de ter um apagão num futuro próximo? Essa é uma pergunta que poderá começar a me fazer compreender essa situação.

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Vou responder. Estou no setor elétrico há quarenta anos. Existem alguns aventureiros que há jornais que criticam que não conhecem a minha vivência no setor elétrico. Não faço nada por interesse pessoal. Faço por interesse da Copel. Devo a minha vida à Copel. E quando se fala em setor elétrico, tenho uma bagagem suficientemente grande para poder responder.

Tivemos o apagão em 99, tivemos um racionamento em 2000. Esse racionamento estava previsto em 96.

Qual era o problema?

Não se investia no setor elétrico. Parou de investir, porque as tarifas eram muito baixas, as empresas eram estatais e o Governo usava o setor elétrico como uma segurada na inflação. Então, não reajustava as tarifas.

Foi premeditado. Sabia-se que em 2000 teria racionamento e só foi em 2000 porque choveu muito e passou a ser em 2001.

De lá para cá, pouco se fez, ou seja, os investimentos continuaram a ser pequenos, não houve nenhum investimento grande em usinas. Então, não sou eu quem esta falando, mas todos os técnicos do setor elétrico, o próprio Thomaz que dirige a empresa, que faz o planejamento da expansão está preocupado, porque de fato existe uma possibilidade de falta de energia a partir de 2008. Houveram dois leilões em que não foram preenchidas as demandas de 2008 e 2009, existe um déficit de energia já comprovado em 2008 e 2009. É claro que para você chegar no racionamento tem outros condicionantes. O nosso sistema é hidráulico e se chover, você tem provavelmente um pouco mais de água. Mas, temos que trabalhar com a energia assegurada, ou seja, quanto que em pior situação eu posso ter de energia. Por isso que o setor sempre tem mais potência assegurada do que a necessidade da demanda. Então, você sempre tem que estar na frente.

Acho que se não houver nenhum investimento até 2009, teremos dificuldades.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Se o senhor fosse Presidente da Copel no período do apagão, o senhor construiria essa termelétrica?

**O SR. RUBENS GHILARDI**

Não, senhor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Por quê?

O SR. RUBENS GHILARDI

Porque como Presidente da Copel, estava olhando o consumidor paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Mais cinco minutos para V. Exas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, falei meio minuto até agora.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Ou fala cinco direto ou divide os dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, Dr. Rubens, deixe-me colocar tudo, porque já não estou entendendo nada e daí passo a não compreender de vez.

Veja, o senhor disse que não construiria, mas ao mesmo tempo não há investimento em energia elétrica. Aí é um grande contraditório entre as partes, um olhando de um ângulo e outro olhando de outro.

Outra questão que quero colocar. Vamos comprar essa termelétrica - quando digo vamos comprar, porque também está meu dinheiro aí, porque sou pagador de imposto neste Estado. Vamos comprar essa termelétrica e com qual gás vai ser tocado, com o que vai ser tocado essa termelétrica? Com gás do Evo Morales?

Segundo o que estou vendo aí, estamos em um impasse muito grande. O homem quer aumentar 60%. Se já era cara a energia dessa termelétrica, agora fica impossível com a atitude do Evo.

Então talvez o senhor não tenha conhecimento, mas conseguimos um feito inédito no dia de ontem nesta Casa, inclusive muitos não perceberam. Conseguimos sustar a tramitação do projeto de compra da termelétrica. Está aqui requerimento elaborado pelos Deputados de Oposição e aprovado, está parado o projeto na Casa. Por quê?

Porque não será em cinco minutos que eu, como Líder da Oposição, vou dar explicações ao povo paranaense para ter aqui uma opinião de dizer sim, ou dizer não. Não quero dizer sim, pelo bel-prazer de dizer sim, porque o Governo está aí dizendo, porque se eu for, na verdade, fazer uma análise do Governo, estou mais perdido ainda, porque quem ouviu o discurso do Governador Requião em um determinado momento e está ouvindo hoje, aí que não se compreende, porque nunca compramos uma bomba para levar para casa. Sempre queremos fazer um bom negócio, principalmente quando é com o dinheiro público.

Então teria aqui alguns questionamentos como: quando o Governo assumiu a UEG, foi feito algum investimento?

Segundo, se não foi, por que agora apenas cinco ou seis milhões de dólares vai funcionar?

Espera aí. O novo Governo assumiu, assumiu a nova Diretoria da Copel, essa empresa não poderia funcionar, porque não estava adequada ao sistema, ao tipo de gás e há uma controvérsia porque, inclusive há engenheiros que dizem que nas especificações do gás a própria Petrobras cometeu equívoco. Mas, voltando lá atrás, assumiu o novo Governo, assumiu a direção da Copel, a termelétrica não pode funcionar porque é uma bomba, tem problemas, tem que fazer adaptações. Agora o Governo resolve comprar, e aí não tem mais problemas, com apenas, cinco, seis milhões de dólares, está resolvido o problema e vai voltar a funcionar. Mas, vai funcionar com o quê?

Com o gás da Bolívia?

Quando é que vamos ter esse contrato com o gás da Bolívia?

Não podemos comprar uma usina, uma termelétrica para funcionar em 2008, 2009! Então, é complexo, acho que teremos que voltar a debater em uma outra Sessão para que possamos, como representantes do povo, entender; eu teria aqui, umas vinte perguntas. E não me dou por satisfeito no entendimento, não consigo compreender por quê, quanto mais me explicam, mais confuso eu fico.

O meu tempo está se encerrando, quero respeitar o tempo estipulado pelo Presidente, mas, gostaria que, agora com o tempo que o senhor tem, procurasse, Dr. Rubens, o senhor é um homem inteligente, colaborar com este Parlamentar para que eu consiga entender esse imbróglio. Isso é um imbróglio, porque, na verdade, o discurso muda ao bel-prazer do vento.

É essa a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Vou conceder dois minutos para o Dr. Rubens tentar explicar e para que V. Exa. encaminhe as perguntas para depois recebê-las também por escrito. Dois minutos.

O SR. RUBENS GHILARDI

São várias perguntas, eu vou responder.

Primeiro, Deputado, não sou engenheiro, queria deixar claro que também não sou contador, apesar de algumas pessoas me considerarem, sou economista e administrador. O que falo do setor elétrico, Deputado, é pelo tempo que estou nesse setor. A sua primeira pergunta: se a Copel não investiria, não faria uma usina dessas, se eu estivesse na Copel? Não faria porque a Copel sempre primou, desde a época do Dr. Parigot, por fazer obras que atendessem o Estado do Paraná.

Todas as usinas construídas pela Copel desde as décadas de 60, 70 foram para atender a expansão do mercado paranaense, nunca para ganhar dinheiro na especulação do mercado externo. E essa usina foi feita para especular, o consumidor paranaense pagar, e a nossa usina ir para o mercado externo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Dr. Rubens, quando o racionamento no Brasil existe, ele atinge o Paraná mesmo com excesso de energia?

O SR. RUBENS GHILARDI

Não. Não houve racionamento no Paraná, foi só no Sudeste.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, mas pode existir o racionamento mesmo tendo excesso de energia?

O SR. RUBENS GHILARDI

Claro, mas nós não faríamos uma usina dessa porque não teria necessidade, tanto assim que foi feita com uma outra intenção, porque nesse preço não se faria, nem o consumidor paranaense teria condições de pagar. Outra pergunta: se vai funcionar com o gás. O problema do gás, eu já comentei, é um problema do Brasil, não é um problema da Copel, e está se tentando resolver. E vamos transformar em biocombustível por quê? Porque no último leilão todas as usinas que entraram, térmicas e a gás, entraram como biocombustível. Portanto, podem operar a gás ou a diesel. É caro? Claro que é caro, mas dilui no total de energia produzida e isso não pesa muito para o consumidor final. Segundo o Presidente da República, a intenção é que a Petrobras arque com esse custos.

O terceiro ...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Até a eleição, Dr. Rubens?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Deputado Valdir Rossoni, peço a sua compreensão.

O SR. RUBENS GHILARDI

Não sei. Por que a Copel não consertou ...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mexeu com o Presidente Lula, doeu no bolso do ...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

O senhor já falou por dez minutos; estou dando mais dois e tem muitos inscritos e temos uma Sessão Solene, para aproveitarmos o tema.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só, então, permita-me, Sr. Presidente, se formos trabalhar com o biodiesel, tem que fazer algumas adaptações?

O SR. RUBENS GHILARDI

Claro, dentro desse valor de dez milhões é para a usina voltar a funcionar. Por que a Copel não investiu? A usina não é da Copel, a usina é da El Paso e da Petrobras, quem tinha que fazer esse conserto não era a Copel. A

Copel é compradora da energia. Eu compro um carro que não está funcionando, não adianta eu pôr gasolina. Então, alguém tem que consertar o carro para eu usar, e que não era meu, o carro era deles, não era nosso. Então, por isso que a Copel não investiu. E, claro, com a dificuldade de não ter para quem vender, por que eu vou investir? Agora, não. Pretendemos investir para produzir energia e vendê-la no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca.

### ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, o mundo está caminhando para as energias renováveis, a minha visão é que o Paraná pode chegar antes, se houver vontade política. Em primeiro lugar, quero felicitá-lo pela solução de engenharia econômica que evita que o Paraná, ao longo dos vinte anos, desembolse 3 bilhões 456 milhões de reais, se faz isso através da aquisição dessa termelétrica por 190 milhões de dólares que é o equivalente a 404 milhões de reais.

O que nossos Deputados precisam entender é que 404 milhões de reais é menos do que 3 bilhões e 456 milhões de reais; parece-me que não é uma questão de engenharia, é uma questão de aritmética.

A minha visão é que no Paraná há possibilidade de se fazer bioenergia social e ecologicamente correta com gaseificação de biomassa já a partir do projeto da empresa Haudi da Coop-Cana, lá em São Carlos do Ivaí, dos campos de cana do Noroeste e até usando a termelétrica de Figueira. A gaseificação pode fazer com biomassa tudo que hoje se faz com petróleo, derivados de petróleo, gás natural e carvão.

Acho que estamos diante de uma oportunidade histórica, de uma solução energética para o Estado do Paraná e para o Brasil! O Brasil é o país da biomassa e da bioenergia, em lugar do gás natural boliviano, desse limão azedo que é essa termelétrica, podemos fazer com gás de síntese, brasileiro e renovável, uma limonada, uma doce limonada, produzindo pela gaseificação do bagaço e palha de açúcar ou do capim elefante, um gás de síntese que pode ser queimado diretamente na turbina da UEG de Araucária. Talvez precise de uma adaptação técnica, mas acho que certamente é mais barato do que trazer gás da Bolívia ou deixar a usina parada!

A outra alternativa é com o gás de síntese; produzimos o DME, dimetil éter, um combustível que substitui, sem barreiras térmicas, o gás natural em termos de geração de energia elétrica e está sendo amplamente aplicado no mundo, por características ambientais e emissões favoráveis.

Acho que a Copel tem duas alternativas, importantes para o chamado, para usar uma expressão vulgar, “pepino” ou problema da UEG de Araucária de contraproposta agora pela Copel. Estas alternativas são peque-

nos exemplos de aplicação de tecnologia de aplicação de biomassa. O gás de síntese, além de mover a termelétrica pode ser aplicado em colas de compensados e MDF, em amônia, em diesel, em gasolina, em querosene de ação, em nafta, em óleos lubrificantes, enfim, em todos os petroquímicos que podem ser substituídos por produtos bioquímicos.

Ao felicitá-lo pela operação aritmética que, no meu ponto de vista só seria melhor para o Paraná se achassem quem comprasse os 60% da El Paso e daí internassem dinheiro na Copel. Quero perguntar também, só para refrescar a memória da Oposição: quanto, nos três últimos meses do Governo anterior, foi pago à El Paso, ou à El Paso e à Petrobras, não sei se só a uma ou às duas, pelo futuro uso da potência da termelétrica? Falaram de 24 milhões de reais, por mês, é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)  
Concluiu, Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (PMDB)  
Conclui, justo que nem rolha, como dizem os polacos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)  
O Deputado Rafael Greca referiu-se à Oposição neste momento, sou Líder da Oposição, gostaria só de acrescentar ao seu posicionamento, como Líder da Oposição e citado por ele, de que a Oposição não precisa refrescar a memória. A Oposição precisa ser internada junto com os Deputados do Governo para conseguir entender, porque este mesmo Parlamentar, Secretário do Governo Jaime Lerner, convenceu-nos de que era um grande investimento neste Estado. E agora vem nos convencer de que não é um grande investimento.

É por isso, Dr. Rubens, que às vezes não consigo compreender.

Quero me internar! Procurem um médico!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)  
Fui citado, tenho o direito de me defender. Quando eu vi a termelétrica num vôo para São Bento do Sul, de helicóptero e perguntei-lhe o que era aquilo, ele afogou-se. Era só isso.

O SR. RUBENS GHILARDI  
Em primeiro lugar gostaria de responder ao Deputado Rossoni. A Copel tem toda a transparência possível, está à disposição do Deputado para mostrar toda a documentação que ele desejar ver. Não só ele como toda a Assembléia. Estamos à disposição para explicar e mostrar a documentação. O que o Deputado Rafael comentou, de fato é a nossa expectativa de futuro. Não é da Copel, é do mundo. Hoje sabe-se que os combustíveis fósseis têm um prazo determinado para acabar, se fala em vinte, trinta, quarenta anos, mas vai acabar. E tem que achar uma solução. Estamos já com alguns projetos de

biomassa. O Dr. Hossafa está coordenando um deles, que é tentar fazer o uso do bagaço de cana, transformar num combustível possível de usar várias alternativas, inclusive como combustível para a usina de Araucária. Sobre esse assunto, estamos tendo um seminário que iniciou domingo na FIEP. O Estado do Paraná, a Copel e a FIEP tomaram a iniciativa de trazer esse assunto à baila. Estamos com vários expositores estrangeiros discutindo biomassa, que é nosso futuro. Copel e o mundo.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)  
Próximo orador, Deputado Barbosa Neto.

## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO  
Sr. Presidente e Sr. Diretor:

Antes de me referir a V. Sa. gostara de dizer ao Deputado Rafael Greca que ninguém aqui é analfabeto, mesmo ele se arvorando com a sua sutileza megalomaniaca de dizer que não temos conhecimento em termos de aritmética. Se fôssemos refrescar a memória, poderíamos citar inclusive o prejuízo enorme, que na condição de Ministro, deu ao povo brasileiro com o desastre milionário da Nau dos 500 anos. Mas, vamos nos ater a este debate.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)  
Quero lembrar que o Ministério Público arquivou o caso da Nau. E que o desaforo é a ausência do argumento.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)  
Solicito ao Sr. Deputado Barbosa Neto, que estamos tendo um momento muito importante de discutir a questão da Copel, da UEG da Araucária e que nos restringíssemos a esta questão para que bem pudéssemos tirar proveito dos técnicos da Copel e que deixássemos esta pendenga para uma outra hora.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)  
Obrigado, Sr. Presidente. Só que não somos obrigados a ouvir desaforos. Ele estava acostumado a ouvir daquele que hoje é o Governador e o Líder dele, mas que costumava chamá-lo de membro da máfia e de outras coisas.

Mas, entrando nesta questão específica até em termos de aritmética, os 190 milhões de dólares que a Copel está disposta a pagar hoje pela UEG, se somarmos mais aos 50 milhões de reais para deixar a usina flex power também para funcionar a diesel, seriam, mais ou menos 430 milhões de reais. Sendo que para se evitar uma possível condenação de 824 milhões de dólares, segundo o famoso advogado Celso Antônio Bandeira de Mello, fazendo uma comparação, e esse valor estipulado de 824 milhões de dólares foi feito pela própria Copel, para que se gastar esses 430 milhões de reais, sendo que existem

recursos que podem levar o Paraná a não ter que pagar esse valor.

Será que não estaríamos comprando um mico?

O SR. RUBENS GHILARDI

Já respondi, mas vou responder de novo. Na realidade a Copel não é dona da usina de Araucária. Então teríamos que pagar a Copel. Tem um contrato PPA que não foi homologado, e que não dá nem poder para vender essa energia, mas teria que pagar para a usina de Araucária, para a El Paso e aos sócios, 23 milhões de reais por mês a preço de hoje.

Se considerarmos o que a Copel teria pago nesses três anos de Governo Requião, é o dobro do que a Copel está disposta a pagar pela usina. Não é pagar a despesa, é comprar a usina. Por quê? Porque com a compra, se os sócios tinham uma expectativa de ganho, passa a ser da Copel, portanto, para o consumidor paranaense, para o povo do Paraná, ao passo que se eu pagar por mês um aluguel, é despesa para o consumidor paranaense e para o Paraná.

Então, o que a Copel fez, não tinha condição de vender energia, porque não tinha PPA, não tinha condição de produzir energia, porque a usina tinha problema, simplesmente entramos com uma ação contra a El Paso, aqui no país e eles entraram com uma ação na Arbitral, em Paris.

Um dos dois tem a esperança de ganhar, se a El Paso tem toda essa esperança que o Sr. Deputado fala, ela não tem que negociar nada conosco, simplesmente espera o resultado da ação e ganha oitocentos ou mais de um bilhão de dólares. Se ela não tem garantia que vai ganhar, quer negociar, assim, como a Copel também pode: não vou ganhar a ação, então por que vou pagar? Mas se eu perder? Então, porque vou manter um risco, eu, como administrador da empresa? Um risco durante X anos, não podendo fazer nada para frente enquanto não resolver essa pendência? A empresa para literalmente. Se eu tiver que pagar a conta da El Paso, ela é de um bilhão e seiscentos milhões de dólares. Eu entrei com a Copel e mais um pouco e não consigo pagar. Se tenho oportunidade de negociar por cento e noventa milhões, passo a ser dono da usina, estou comprando, não estou pagando. Posso fazer ela gerar resultado para o Paraná, para o consumidor paranaense, e vou ficar esperando o quê? O negócio está aí, a usina está aí, alguma solução tem que ser dada.

Eu não sou dono da Copel, a Copel é 30% do Estado do Paraná, 70% dos minoritários; portanto eles têm a mesma preocupação do Estado do Paraná. Portanto, se estamos fazendo mau negócio, eu já teria várias ações dos acionistas minoritários que são 70%, donos da Copel.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Dr. Rubens, a Copel Distribuição já tem um contrato de vinte e cinco milhões.

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, senhor. O contrato da Copel Geração, a Copel Distribuição não tem contrato nenhum.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Esse contrato seria para abastecer o Paraná por 25 anos?

O SR. RUBENS GHILARDI

Não, esse PPA que foi assinado seria para vender a energia da El Paso. A Copel Geração iria vendê-la, para quem, eu não sei. Mas, não tem contrato nenhum com a Copel Distribuição, poderia até ser, mas não tem. O contrato é com a Copel Geração.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado. Para finalizar, estou de posse de uma certidão emitida pelo Juízo da Terceira Vara da Fazenda Pública, em que consta que o pedido verbal da parte interessada em cartório, constatou que contra a UEG Araucária tramita uma ação da Copel e que foram efetuados também, os levantamentos e que foram pagos honorários no valor de 320 mil reais, para a Sra. Marlene Aparecida Menikoviski; mais 288 mil reais, para José de Paula; 288 mil reais, para José Fernando Mangire Júnior; mais 84 mil reais, para Cássio Roberto Pereira Modoti, que são peritos.

Qual a especialização deles? Por que esse valor tão alto? O que revelou esta perícia à Copel?

O SR. ASSIS CORREIA

Esses são peritos judiciais, nomeados pela Corte, com honorários arbitrados pelo juiz. Realizaram a perícia e apuraram que as alegações de matéria de fato da Copel em relação aos defeitos da usina, realmente existiam.

Esse laudo tem sido questionado por alguns, que eles não teriam qualificação para fazê-lo; mas, em compensação, exatamente para podermos validar esse laudo apresentado perante a Corte Internacional de Paris, pedimos que fosse obtido a exame de peritos ingleses e portugueses de renome mundial. Todos ratificaram o laudo dizendo que o trabalho foi bem feito e era isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Próximo orador, Deputado Natálio Stica, e volto a lembrar que temos mais onze Deputados que buscam fazer inquirição.

**Deputado Natálio Stica (PT)**

O SR. NATÁLIO STICA

Dr. Rubens, quero saudá-lo e a todos os Diretores da Copel; esta empresa que com certeza é orgulho de todos nós Deputados e dos paranaenses. Falo como Deputado, mas falo como petroleiro, que foi parte da minha vida e com um pouco de conhecimento que tenho

na área do gás natural que acompanhei desde o início dessa história toda.

Quero lembrar dos erros do passado para tentarmos achar acertos para o presente, para garantir o futuro. Lembro quando o Presidente do Brasil era o Fernando Collor de Melo, foi feito acerto a mando do Governo dos Estados Unidos para que fizéssemos o gás Bol, o gasoduto do Brasil e Bolívia para resolver o problema do país vizinho, dos nossos irmãos bolivianos que eram os grandes vendedores de gás natural para a Argentina e ela, já numa condição de auto-suficiência em gás natural, não mais comprando gás da Bolívia e a Bolívia numa situação complicadíssima, só vivendo da exploração de coca, principalmente para os Estados Unidos, foi feito então uma imposição para que pudéssemos, de alguma maneira, ajudar aquele país vizinho.

Foi feito o gás Bol. Como sempre, no passado, neste país, sem nenhum ordenamento e foi feito um contrato take or pay: usou, paga; não usou, paga também. E como não tinha nenhum planejamento, o gás que vinha para cá, na seqüência, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com uma mirabolante idéia, resolveu que o gás poderia ser usado para fazer termelétricas, garantindo energia já que não foi feito investimento na área no nosso país e sofremos inclusive um apagão em 99.

Essa infeliz idéia, digo infeliz porque temos outros recursos que não o gás hoje já escasso também no nosso país. Porque rapidamente este país que se agiganta a cada dia, que absorve a cota a nós imposta da compra do gás, muito mais do que isso, demorou-se para fazer os investimentos para que tivéssemos no Brasil o nosso gás natural como agora temos os investimentos do Presidente Lula, principalmente na bacia de Santos, onde estão investindo 18 bilhões para garantir o campo de Mexilhão auto-suficiência em gás natural. Essa Usina de Araucária - daí me reportando ao ex-Governador do Paraná, Jayme Lerner, que num contrato desastroso junto com Fernando Henrique Cardoso, deixaram uma herança maldita para o nosso Estado. Uma herança já muita bem explicada aqui pelo Dr. Rubens, onde mostra que se seguido à risca o contrato inicial, já teríamos pago seguramente mais de três milhões. E qual a ação tomada pelo Governo do Estado do Paraná de fazer um rompimento desse contrato, um contrato lesivo, e se recusando a continuar os pagamentos que considerou indevido.

Com isso, deixamos de pagar essa quantia absurda e temos uma ação que podemos perder, sim, conforme o advogado da empresa, Dr. Assis Correia, e cerca de um bilhão. O risco que foi feito, mas que agora, com uma negociação de podermos comprar essa empresa por cerca de 190 milhões de dólares, portanto, pegando todo esse risco por 20% do que pagaríamos se perdessemos a ação, já é por si só um bom negócio. Agora, considerando que 190 não chega nem a 3%, 4%, do que deveríamos pagar, com certeza este é um bom negócio para o Estado do Paraná. Então digo que estou suficientemente esclarecido

e não vejo nenhuma outra saída a não ser na UEG de Araucária. Como considerar uma reserva de luxo para o Paraná, numa possível falta de energia ou para que ao longo do tempo possamos recuperar o dinheiro pago nesta empresa? Minha pergunta é: teria uma outra opção que não esta que falei para o caso da UEG, depois deste contato que considero uma herança maldita para o Estado do Paraná?

O SR. RUBENS GHILARDI

Acho que a alternativa é a ação judicial, que é um risco muito grande. Então, não vejo outra alternativa. Mas, claro que se a Assembléia não aprovar a compra, eu não sei, imagino que alguém vai ter que tomar outra solução, mas acho que não há. É comprar ou esperar a ação judicial.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, com sua benevolência, dez segundos. As outras unidades de gás no Brasil, as outras termelétricas, o senhor tem conhecimento de algum problema semelhante ao nosso?

O SR. RUBENS GHILARDI

Não. Foi perguntado quantas usinas foram feitas no programa emergencial de termelétricas. Foram três ou quatro. Mas, a única que teve um contrato deste tipo foi a Copel, um contrato com a Petrobras, o tal do take or pay ou o chip or pay. Nosso problema, na realidade, é o contrato mal feito.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, aqui não se trata de Oposição ou Situação. A avaliação que tenho é que as termelétricas serão necessárias para o país. Nós temos recursos naturais, o Deputado Stica colocou, o que temos que ter clareza e nos perguntar: o que é melhor para o Paraná? E para mim está ficando cada vez mais claro que ficamos sem saída nesta propositura. O Estado, por uma decisão de governo, tem um caráter mais estadista. O ex-governo, mais privatista. Os assessores jurídicos disseram que tentaram repactuar, mas não foi possível e eles já entraram na Justiça. E temos que tomar uma decisão.

Fui visitar a termelétrica, falei com o engenheiro - se não me falha a memória - Gizzy, Guizzy, responsável que está lá na Copel, ele dizia o seguinte: "de fato esta termelétrica tem como funcionar, vai funcionar bem, tudo o que mexe com combustível tem risco de acidente, não adianta dizer que vai explodir, porque é muito raro acontecer isto, só realmente um descuido técnico, porque senão fica jogando, "ah, o Governador falou isto e tudo o mais, um excesso".

Na realidade esta usina precisa funcionar. Vai ter que jogar no sistema nacional. No meu entendimento, de pouco tempo que estou aqui, apesar da complexidade do

tema, o Estado não tem saída. Vamos precisar desta energia. Vai ter que participar de um leilão e vai ter que dividir. Se o custo vai ser mais alto que o óleo diesel, que vai ser adaptado, ou o gás que virar, se tiver acordo com o Evo Morales ou que virá da Bacia de Campos, seria irresponsável de nossa parte não ajustarmos esta questão.

Hoje pela manhã, estava numa audiência pública e fiz uma pergunta sobre as comunicações que o ex-Presidente da Copel fez ao Ministro da época, o Pedro Parente, que coordenava a questão da energia elétrica no país, e o ex-Presidente fugiu da resposta. E ouvi V. Exa. dizendo desses oficiais da Petrobras ao Governo Federal pedindo tempo, pedindo prazo, porque as regras haviam mudado.

Queria que o senhor explicitasse mais isto. Parece que o próprio ex-Presidente da Copel já nesta carta - parece que isto ficou dito pelo senhor, queria ter esta certeza - que já pedia prazo porque não tinha como vender esta energia.

Queria que o senhor esclarecesse melhor isto, porque acho que vai tirar toda a dúvida de quem aqui é chamado de Oposição.

#### O SR. RUBENS GHILARDI

Acho que esta carta tem a ver, a transcrição dela, vou deixar aqui na Assembléia, é de 19 de fevereiro de 2002. Dirigida ao Pedro Parente, que era Ministro-Chefe da Casa Civil e Coordenador da Câmara de Gestão na crise de energia. Vou ler um parágrafo, só para esclarecer bem: "Evidentemente, a adição simultânea da energia de dois projetos cria desafios - os dois projetos eram os de Araucária e Siem - cria desafios na área comercial da Copel em situações normais, já seriam consideráveis". Portanto, em situação normal, já era um problema sério.

"Ocorre que a atual intervenção do Governo Federal nas regras mercantis do setor elétrico, não obstante indiscutivelmente oportuna, acabou por criar um ambiente no qual a comercialização dos excedentes criados tornou-se temporariamente impossível, principalmente devido à incerteza quanto às regras para a energia das empresas estaduais de subsídio ao gás natural, o VN, valor normativo, entre outros".

Portanto, ele declarou em 19 de fevereiro de 2002, o Dr. Ingo, que mesmo em condição normal já era muito complicado vender esta energia. Nesta situação que ocorreu aqui, era impossível.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Certo. Mais uma pergunta, bem objetiva: qual o preço hoje, de uma usina como esta?

#### O SR. RUBENS GHILARDI

Segundo estudos, está em torno de 250 a 280 milhões de dólares.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

E, agora pergunto novamente, esta é que é a dúvida: como é que a El Paso vai concordar, se a lei pas-

sar aqui, pagar 190 milhões? Este parece um acordo bom para o Estado, mas já que o custo é alto assim para uma usina como esta, não consigo entender como é que eles vão aceitar este prejuízo, já que eles construíram a usina?

#### O SR. RUBENS GHILARDI

Na realidade eles investiram, fizeram uma projeção - está no documento na época - investiram 190 milhões de dólares, que eles colocaram, e uma taxa de retorno de 16% ao ano. Portanto, se pegarmos este valor, na época do investimento, trazermos ao valor presente, é o que eles querem. Queriam em torno de 300 milhões de dólares. Hoje, a situação da El Paso nos EUA é muito complicada. Estão com um déficit de caixa brutal, tiveram um prejuízo de setecentos milhões de dólares e estão buscando no mercado captar recursos para resolver o problema.

A situação da El Paso é esta: ou me desfaço de alguns bens que tenho fora dos EUA ou quebro, captando dinheiro lá fora. Então, ela está vendendo porque também tem interesse no recurso.

### *Deputado José Maria Ferreira (PMDB)*

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, cumprimentando o Dr. Rubens Ghilardi e toda a assessoria da Copel, o que temos aqui, hoje?

Depois de várias horas de exposição, tivemos a constatação de que a Copel entrou numa participação societária com 20%; 20% da Petrobras; 60% a El Paso. Desta equação, saiu uma responsabilidade da Copel, através de uma PPA, de que ela tem responsabilidade pela compra, pela aquisição da energia gerada pela UEG de Araucária, 100% bancando os custos de manutenção e atualização do equipamento.

Ainda tem, ao final, que remunerar, dentro da energia produzida, com 16% líquido, a uma energia ao custo de 150 reais o mw/h, enquanto que à época era 50 reais.

Então, o que é que temos que fazer com um contrato de vigência de vinte anos, de 3 bilhões, 346 ou 546 milhões de reais, aonde mensalmente paga-se 23 milhões para esta empresa, e que até hoje, desde a época, não foi homologada pela Aneel, não tendo, por consequência, como comercializar a energia pretensamente produzida por essa unidade? E o Governo, entendendo que em janeiro de 2003, que os interesses do Paraná eram lesivos através da Copel, resolveu sustar o acordo; e a empresa recorreu à Câmara Arbitral de Paris. Pelo menos é o histórico que tenho.

E hoje, o Governo tentando colocar e diminuir os riscos da própria da Copel, tanto de empréstimo do próprio capital, busca fazer um entendimento, e que esse entendimento, Sr. Presidente, está em 190 milhões de dólares. Se observamos o que o Estado deixou de pagar nesse período de trinta e nove meses, dão próximo a 824 milhões de reais. Vamos pagar 400 para adquirir 60%

dessa empresa que vamos ter custo, mas a Copel será proprietária de mais de 60% da UEG Araucária.

Eu não vejo - e o senhor já respondeu, tanto para o Deputado Natálio Stica quanto para o Deputado Elton Welter -, que não tem outro recurso hoje a não ser adquirir a parte das ações da participação da El Passo, ou esperar uma decisão da Câmara Arbitral de Paris, que pode ser favorável ao Governo do Paraná, à Copel, ou não.

Agora, o risco que o Paraná corre neste momento, ou que se impõe a ele, é grande em função do valor que está se propondo pagar. Eu não vejo, honestamente, nenhuma dificuldade para que o Governo do Estado adquira os 60%. Não tenho mais perguntas a fazer a V. Sa., o senhor já respondeu todas as indagações e as dúvidas, o custo, a forma. Só precisaria estar aqui, não V. Sa. mas a Diretoria anterior para explicar por que fizeram contrato lesivo ao Estado do Paraná, colocando em risco a própria Copel, que foi a única usina termelétrica aonde era assegurada a compra da energia pela concessionária estadual. Ora, só aí, quem tinha que explicar era quem subscreveu o contrato por que é que a Copel ficou responsável pela compra, e um spread, podemos dizer assim, de 16%.

E hoje cabe ao atual Governo resolver a situação, que ela fica muito menor, apesar de que não é uma empresa que produza o MW com modicidade, que a própria Aneel já explicou as duas razões que deixou de homologar, e a modicidade e a questão da segurança, que com mais quarenta e três milhões, aos quatrocentos que serão colocados, onze milhões e duzentos que seria a parte da questão da segurança, e mais vinte e dois milhões e trezentos, se não me falha a memória, para que possamos fazer a conversão, teríamos uma usina com condições de operar e ressaltando o Estado do Paraná de um risco amanhã de uma indenização extremamente pesada que não sabemos como será o resultado da Câmara Arbitral de Pais.

Então, por esta razão, aqui sem Oposição, sem Situação, mas olhando o Paraná, olhando o futuro da nossa Copel, olhando para a segurança do nosso Estado e a própria empresa, não resta outro caminho; estamos resolvendo neste momento um problema gerado lá atrás, não produzindo agora; estamos produzindo o acerto, a correção, a viabilidade da empresa. Por esta razão, mesmo que eu veja alguns companheiros que outrora apoiaram o Governo antecessor, não entendo o porquê não aprovamos a compra, da forma com que está sendo colocada pelo Sr. Governador. Eu até deixo de fazer algumas perguntas ao Dr. Rubens, porque V. Sa. já respondeu todas as questões em relação aos problemas da não aquisição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

## ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Primeiro gostaria de deixar consignado na Casa que estava à Mesa secretariando e fui a quarta ou a quinta pessoa que se inscreveu e me deixaram por último. Mas, como é a primeira vez, é bom deixar registrado. Foi muito bom por outro lado, porque as várias dúvidas que eu tinha, foram dirimidas.

Sinto-me contemplada para votar. Primeiro porque sou da Base de Sustentação de um Governo que não é irresponsável, que tem procurado - não no discurso, mas na prática -, atender aos interesses do Paraná. Quando esse projeto veio para cá, sabíamos que todo estudo técnico havia sido feito.

É bom que se diga que esse projeto veio à Casa dia 13 de janeiro de 1999, é de autoria do Deputado Valdir Rossoni, e na sua justificativa faz uma ampla defesa, uma defesa incontestada da importância dessa compra. É bom deixar consignado isso na Casa.

Por que digo isso? Porque não é primeira vez, Dr. Rubens e aqui cumprimento toda a sua equipe técnica e jurídica - que estamos tentando resolver situações esdrúxulas, "franksteins", monstrenços construídos no Governo passado, como o pedágio, por exemplo. E, no momento em que o Estado tenta buscar uma solução melhor possível para não lesar mais ainda o povo do Paraná, somos criticados por aqueles que, naquele momento, foram os pais e mães desses monstrenços.

A mim fica claro, não precisa ser economista, engenheira civil, cientista, para entender, sem nenhuma ofensa ao companheiro Rafael Greca, quando ele coloca que deixar de pagar 5 milhões de reais para que possamos nos tornar sócios majoritários e tentar salvar esse empreendimento com reparos, investimentos para que possa produzir a partir de 2008 com um valor infinitamente menor, ainda é o melhor negócio. Se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come.

Então, o Governo está tentando, e tive clareza muito maior hoje pelas informações técnicas recebidas, que não há outra alternativa.

Li todas as informações, apesar de não ser técnica, mas tenho a obrigação política de me inteirar para que possamos discutir com embasamento. Hoje, tudo isso foi complementado pelo elenco de perguntas que faria, se tivesse tido oportunidade de falar no início, mas me sinto contemplada com as respostas.

Estamos tentando trocar um prejuízo brutal pela possibilidade, com investimentos, com reparos técnicos, de iniciar uma produção, agora em 2008, que poderá vir a ser um negócio razoável ou até um bom negócio.

A mim fica claro que, de fato o Governo, dentro da sua premissa de lisura, de ética e de compromisso com o Estado, está procurando fazer o melhor negócio, porque não é justo que a Copel, detentora de apenas 18%, como majoritária, pague a conta que não fomos nós que estamos aqui, nem o Governo atual que contraímos. É uma



questão de não dar calote. É uma tentativa de resolver o problema.

Dito isso, queria cumprimentar a todos que vieram aqui. Além do Dr. Rubens, o Dr. Luís Rossafa, o Dr. Assis Correia, o Dr. Raul Munhoz, o Sr. Paulo, o Sr. Ronaldo Ravedue, os assessores jurídicos também, Dr. Damaceno e Dr. Botto. Acho que é assim que construímos a democracia, é assim que promovemos o diálogo.

Tenho certeza absoluta que a Assembléia Legislativa, nesta questão, não pode haver Oposição e Situação. Temos que resolver uma situação para que o Estado não tenha prejuízos ainda maiores do que já teve com esse malfadado negócio feito pelo Governo anterior.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Antes, porém: Deputado Plauto Miró, o Dr. Rubens está fazendo a entrega do seu pedido. V. Exa. pode vir até a Mesa.

Com palavra, por cinco minutos, Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Deputado Natálio Stica.

Tenho três perguntas que gostaria de fazer, Dr. Rubens, até pelo tempo, bastante objetivas:

Primeiro, com relação a essa pendência que o senhor, diversas vezes citou, que seria uma multa de cerca de 827 milhões de dólares. Qual é o prazo final?

Vou fazer as três perguntas. Depois, se o senhor puder fazer a gentileza de respondê-las...

Obviamente que entendo que essa demanda que foi feita na Arbitral de Paris já está perdida. Entendo que já está perdida porque pelo relatório que recebemos da própria Copel, as chances que a ela teria de vir a ser vencedora nesse processo, seria de menos de 35%. Então, como já tivemos oportunidade de conversar na quarta-feira que passou, essa é uma demanda que tem que ser negociada. Caso não seja, a Copel teria de pagar esse valor. Só gostaria de saber qual é o prazo final que a Copel tem para fazer, se não houver aqui na Assembléia Legislativa autorização. Até quando ela tem para pagar esse valor?

Segundo. Gostaria de solicitar que fosse enviado a todos os Deputados (não sei se já foi solicitado) a minuta, a carta de intenções que está sendo feita entre a Copel e a El Paso para adquirir os 60% das ações.

Terceiro. Gostaria que o senhor comentasse a respeito de uma afirmação que está na página da Copel. No item "c" diz que entre os principais itens acordados na negociação foram: o cumprimento desse memorando de intenções está sujeito à aprovação da Aneel. Qual a possibilidade que temos de ter sucesso na aprovação desse acordo?

Quais são as pendências ou o passivo que pode existir, caso a Copel assumira integralmente a El Paso? Já tomei conhecimento, parece-me que um deles é os cento e cinquenta milhões de reais que a Copel tem que pagar à Petrobras, a partir de 2010, corrigidos pela taxa Selic.

Qual seria o cálculo... o que significaria em 2010, ou seja, daqui a quatro anos, corrigidos pela taxa Selic esse valor de 150 milhões de reais. Quer dizer, se levarmos em conta uma taxa estável, de taxa Selic de 15%, que é o que temos hoje, quanto significaria isso?

Por último, obviamente que não vou entrar nem no mérito, Dr. Rubens, sobre aquele um bilhão e meio que se falou, porque entendo que haveria, também, a venda do produto. Apenas, queria fazer só uma consideração antes da sua resposta, se ela for possível agora, se não for, na medida em que estivermos avançado nesse processo de votação, precisamos ter essas respostas e, obviamente, a minuta.

Infelizmente, não vejo o Deputado Rafael Greca no plenário, mas ele fala em fazer essa usina com bagaço de cana e com capim elefante. Falou inclusive, em aritmética, e gostaria de fazer uma consideração a respeito disso.

Quantos milhares de hectares teríamos que cultivar de capim elefante, de bagaço de cana, em quantos estados, para ter capacidade de gerar 481 megawatts em uma usina como essa? Haja capim elefante!

Obrigado, Dr. Rubens.

O SR. RUBENS GHILARDI

A pendência judicial, 840 milhões de dólares, a entrada do processo em 2003, claro que a El Paso vem corrigindo esse valor, hoje está bem superior a um bilhão de dólares.

A análise dos nossos advogados, como o senhor falou, tem uma probabilidade muito grande em torno de 65%, de ter um resultado positivo em favor da El Paso a Arbitral de Paris. É claro que lá não acaba a demanda, vamos ter vários processos *a posteriori* e que ao final a Copel pode ser condenada a pagar um valor equivalente ao que hoje estamos negociando, que seria o que a El Paso investiu. Seria o mínimo de condenação para a Copel. Portanto, estamos na posição de fazer um negócio que se a Copel tiver sucesso em todas as ações que estão ocorrendo, em todos os campos que deveriam ocorrer, teríamos que pagar esse montante no futuro.

Quanto à minuta do acordo, o Dr. Assis deve ter pronto, podemos disponibilizar amanhã.

A carta de intenção previa o fechamento do negócio até 30 de abril. Sentimos que haviam problemas de o processo chegar na Assembléia, nós mesmos tínhamos alguns levantamentos a serem feitos que pedimos a prorrogação à El Paso e fizemos um acordo transferindo essa data para 20 de maio.

Claro que estamos em cima dessa data, não esperava que demorasse tanto.

Fizemos uma auditoria tanto jurídica como fiscal e já temos praticamente informações que não tem nenhuma pendência mais séria. Foi isso que demorou um pouco mais a nossa posição.

O valor da Petrobras, na realidade, são negócios à parte. A nossa negociação com a El Paso não tem nada a ver com a despesa para fazer a usina funcionar. Tínhamos uma dívida com a Petrobras, de 750 milhões, negociamos; com a Petrobras é nossa sócia na Araucária, propusemos a eles aceitar que tivesse uma carência de quatro anos e que começássemos a pagar, a partir de 2010, em cinco anos. Não posso prever a taxa Selic, mas o nosso cálculo na base da taxa de hoje, levamos esse valor como investimento da Copel também na usina. Estamos remunerando a usina na tarifa que foi acordada em dezembro de 2005, nesse último leilão, daria uma remuneração de 7%. A pior possibilidade de negociação.

Portanto, esse valor já está embutido no custo futuro da usina.

O problema do capim, na realidade estamos estudando por enquanto a alternativa de usar bagaço de cana. É claro que é uma estimativa o que existe hoje de bagaço de cana na região que daria uma viabilidade a esse empreendimento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Dr. Rubens, apenas mais uma pergunta: a cópia dessa primeira carta de intenção que foi feita, o senhor pode remeter por gentileza? Quando foi feita a primeira oferta pela Copel para a El Paso, porque houve uma oferta. A Copel se propôs a comprar a parte dos 60%.

O SR. RUBENS GHILARDI

No início de março.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Se o senhor puder remeter junto. E uma última pergunta: A UPGN quando fizemos aqui a CPI, a usina de processamento à gás natural, o senhor disse que ela foi paga integralmente pela Copel, para poder processar o gás porque o gás não era especificado para a usina. Ela foi paga integralmente pela Copel ou pelos sócios?

O SR. RUBENS GHILARDI

Foi paga pelos sócios. Na realidade a Araucária comprou a tal da usina e cada sócio pagou o seu percentual na sociedade. A Copel pagou 20%.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Dr. Rubens.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Deputado Scarpellini com a palavra, por cinco minutos.

## **Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Ilustre Sr. Presidente da Copel, Dr. Rubens Ghilardi; Srs. Diretores; Srs. Deputados:

Gostaria de fazer uma pergunta bem objetiva: quanto a El Paso investiu na implantação dessa usina que ela quer nos vender? Na parte dela, ela investiu quanto?

O SR. RUBENS GHILARDI

O valor registrado na sociedade Araucária, 432 milhões de reais.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas, 432 é o valor global!

O SR. RUBENS GHILARDI

Do investimento da El Paso na usina. O valor global é setecentos milhões.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

E ela está vendendo por cento e oitenta agora, por menos da metade do valor investido?

O SR. RUBENS GHILARDI

Quatrocentos e trinta e dois registrados na Araucária. O que ela colocou, se colocar em dólar a cada aporte, daria 186 milhões de dólares.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Certo.

Gostaria que o senhor respondesse objetivamente quanto foi pago pela Copel ao escritório de São Paulo que fez a defesa.

O SR. RUBENS GHILARDI

O Dr. Assis já respondeu que foram cinco milhões e novecentos mil reais ao escritório Pinheiro Neto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

É do conhecimento do senhor que o escritório Pinheiro Neto tenha alguém ligado à Copel ou alguém ligado ao Governo que trabalha nesse escritório ou que faça estágio lá?

O SR. RUBENS GHILARDI

Do nosso conhecimento, de 2003 até agora, nunca. Ninguém ligado à Copel ou ao Governo do Estado trabalhou lá.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Quando entrar em funcionamento, produzindo energia elétrica, essa energia produzida terá que ser vendida em leilão. O que garante que a própria Copel possa comprar a produção da usina de Araucária nesse leilão?

O SR. RUBENS GHILARDI

A Copel Distribuição não compra mais energia de ninguém. Ela compra do pool, que dentro do pool tem usinas de várias empresas. O que a Copel fará com essa usina?

Vai vender a esse pool, que o Brasil inteiro vai comprar. Portanto, não existe garantia nenhuma que a Copel Distribuição vai comprar energia de Araucária.

O que existe é que o sistema é um sistema interligado e que toda energia hidráulica gera no Brasil inteiro; você tem condição de passar água de um lado para o outro, que é a energia de uma usina hidráulica - é evidente que uma usina térmica entra no sistema, mas a localização dela é Araucária. Portanto, diretamente podemos dizer que não vai comprar, mas indiretamente é claro que essa usina vai gerar energia, que vai liberar alguma usina hidráulica para o outro sistema e vamos receber. Só que a energia não tem carimbo, então não vamos saber de onde veio.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Quanto a isso nós sabemos. Gerada por uma hidrelétrica ou por essa termelétrica, é evidente que ela é energia, não tem carimbo e apesar de não ser um engenheiro eletricista e nem entender muito da matéria, não precisaria desse esclarecimento feito pelo senhor.

O SR. RUBENS GHILARDI

Só quis dizer que provavelmente a usina de Araucária vai atender Curitiba, pela localização dela. Só que como não tem carimbo, não podemos dizer: recebi de Araucária. recebemos energia que teoricamente veio do país.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Podemos ter vendido essa energia para qualquer parte do Nordeste ou do Sul do Brasil, essa produzida aqui?

O SR. RUBENS GHILARDI

Isso. É essa a idéia.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, Sr. Presidente, relativamente me dou por satisfeito. Quero fazer apenas a ressalva que houve as declarações do Sr. Governador que a usina poderia via a explodir, conforme laudos que constam, como qualquer botijão de gás pode explodir e é uma questão apenas de se manter em dia e o cuidado e o zelo com relação ao uso desse gás e o uso da própria usina, como de um botijão de gás. Lamentavelmente tenho que fazer algumas colocações que está relativamente um tanto fora disso, porque o gasoduto Brasil-Bolívia é fruto de tratado elaborado não no Governo Collor e não no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ele é fruto do Tratado de Roboré, que foi subscrito em 1961 pelo Presidente Jânio Quadros e o Presidente da

Bolívia, na época. E, portanto, com um atraso muito grande, com mais de três décadas de atraso, ele se implantou. E, certamente, hoje está com os problemas dos preços de gás que estão sendo discutidos internacionalmente entre Brasil e Bolívia. E achamos até que Presidente da Bolívia tem alguma razão, uma vez que ele disse que a Bolívia tem a sua soberania e que Petrobras só quer ganhar. Na verdade a Petrobras está praticando determinados excessos não só na compra do petróleo oriundo da Bolívia como na venda para o povo do Brasil. O nosso petróleo está relativamente caro, o lucro da Petrobras é muito alto e o povo do Brasil também tem que fazer aquilo que o Moralez está fazendo lá. A Petrobras tem que diminuir o seu lucro, sim. E não é essa a questão da Copel, mas como esse assunto foi levantado aqui hoje, é oportuno neste momento.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e Sr. Presidente da Copel, Srs. Diretores, eram essas as nossas colocações para o momento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Um dos últimos Deputados inscritos, Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, bem, eu participo desta Sessão, mas entendo que o trabalho da Comissão de Fiscalização é um pouco diferente do que está acontecendo na tarde de hoje. O nosso caso lá é requisitar documentos e avaliar os contratos e ver todo o processo, desde a época da assinatura do contrato até esta momento. Gostaria de saber, por exemplo, ficou claro que quem assinou o contrato em nome da Copel foi uma advogada que não tinha procuração para fazê-lo. Hoje, também, estranhamente o cidadão Celso Pereira da Silva - Diretor Técnico da UEG Araucária, estava prestando depoimento à Comissão de Fiscalização, quando, de repente, havia um advogado prestando assistência jurídica ao representante da El Paso! O Deputado Durval Amaral pediu que ele se apresentasse. Qual foi a estranheza? Ele era Vice-Presidente da El Paso e Diretor Jurídico! A Comissão deliberou naquele momento e o convocou para que prestasse também depoimento ao lado do colega da empresa El Paso, o Sr. Celso Pereira da Silva. Ele teria dito que a ação está suspensa. Se a ação está suspensa, por que tipo de acordo ela está suspensa?

Como foram as duas audiências públicas realizadas no Tribunal Arbitral de Paris?

Nós ainda estamos aguardando porque queremos saber a fase em que se encontram e como andaram aquelas duas audiências, mas queremos as respostas, já solicitadas a V. Exa. Sr. Presidente, em português, porque em inglês, certamente, estarão dificultando o nosso trabalho. O que a Comissão de Fiscalização vai fazer? Vai produzir

um relatório baseada em documentos e depoimentos, porque a Copel já esteve na Comissão de Fiscalização.

Hoje tivemos a presença do ex-Presidente da Copel, Ingo Hubert, que afirmou que não tem nenhuma razão de o Estado comprar, por 190 milhões de dólares e que ele, como cidadão paranaense, não entende. No entanto, perguntado sobre outros temas realmente ficou a absoluta impressão que os contratos que ele possa ter assinado são comprometedores à economia do Estado.

Vimos um certo afastamento de membros da Comissão de Fiscalização que são da Bancada do Governo atual. Fiquei também um pouco preocupado quando vi que o mesmo advogado que advogava para o então Ingo Hubert, advoga hoje para o Governo atual e não vi nenhuma ação concreta, por parte do Governo, contra esses contratos lesivos que teriam sido assinados no passado!

Acho que não podemos atuar aqui nem como Bancada da Situação e nem como Bancada da Oposição; temos que atuar como representantes da população. Eu hoje presidi mais uma vez a terceira ou a quarta reunião e encaminhamos, por ofício, uma série de solicitações à El Paso. Sinceramente estou ainda longe de poder afirmar alguma coisa, se é negócio, se não é negócio, se é positivo ou não, acho que temos que esperar a análise completa desta Casa.

Portanto, tenho a responsabilidade na Comissão de Fiscalização de dirigi-la para que ela chegue num final, não político, mas simplesmente revelando a verdade!

#### O SR. RUBENS GHILARDI

Deputado, é um prazer estar de novo com o senhor, já estive lá na Comissão. Eu não estava pela manhã na apresentação do Ingo mas acho que há algum equívoco na interpretação, de quem assinou o contrato. Quem assinou o contrato lesivo à Copel que é a PPA, foi o Dr. Ingo; quem assinou o contrato de construção da usina é outro, é o ganhar dinheiro da El Paso mas quem assinou o contrato que acaba com a Copel chama-se Ingo Hubert! Essa cópia já foi encaminhada, se não foi, temos aqui. O senhor olha lá, quem assinou o contrato da Copel, quem é o grande problema, não é a Araucária, a Araucária é ótima porque a Copel pagava a conta, a Copel tinha 20%; o problema não é o contrato da Copel com a Araucária, o problema é o contrato da Copel, quanto ela iria pagar para viabilizar o ganho dos sócios, a El Paso e a Petrobras! Quem fez este contrato foi o Dr. Ingo e o senhor deve ter a cópia.

Quanto ao porquê foi suspensa a ação? É claro, a nossa negociação prevê que a ação seja suspensa, só isso! Enquanto estamos negociando, se a Assembléia vai nos autorizar ou não a adquirir a usina, a ação está suspensa. Agora, se a Assembléia não autorizar, tira a suspensão da ação e ela volta a vigorar. Ela só está suspensa enquanto se discute a ação, isso está dentro do acordo assinado com a Petrobras e a El Paso.

Outro problema que já foi respondido pelo Dr. Assis, por que o mesmo escritório de advocacia, que estava com a gestão anterior? Na realidade esse escritório foi contratado em 2002 pela dificuldade do Dr. Ingo e demais Diretores de homologar o contrato de venda de energia, na Aneel. A negociação dele não estava surtindo efeito, procurou um escritório de advocacia conceituado no país que ajudasse a tirar essa homologação da Aneel. Ele contratou em meados de 2002, não conseguiram a homologação. Por que foi contratado o mesmo escritório, o Dr. Assis já respondeu.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Há um detalhe: para fazer essa sociedade uma empresa Ltda, a El Paso se associou com uma empresa pública, Copel, e com a Petrobras. Aí compraram um equipamento por 42, 43 milhões de dólares desnecessário, obsoleto, que está lá jogado. Daí o Governo vai lá e faz uma compra da Petrobras, se não me falha a memória, que vai pagar a partir de 2010. E que tal deixar esses 60% que pertence a El Paso?

Não seria possível?

#### O SR. RUBENS GHILARDI

Aí simplesmente quebra a Copel, porque a Copel teria que pagar à El Paso todo o aluguel da usina de 2003, 2004 e 2005. Só isso já são 840 milhões que pagaríamos sem gerar um KW, e continuará pagando até o final do contrato que vai mais de 5 bilhões de reais atualizado. Portanto, se fizermos isso, simplesmente quebramos a Copel. O que estamos fazendo? Queremos comprar a parte da El Paso para que, o que a Copel tiver que pagar para Araucária, vai pagar para ela mesma. Hoje a Copel paga 100% para ter 20% de lucro no negócio. Mas os 100% é nosso. Quer dizer: o consumidor paranaense vai pagar uma coisa que ele não vai usar, não tem como usar. Teria pago já 844 milhões de despesa de aluguel da usina, fora o resto que tem com a Petrobras.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

E se for realizado um leilão público?

#### O SR. RUBENS GHILARDI

Não existe possibilidade de vender essa energia pelo preço que está estabelecido no contrato, por isso temos que nos desfazer do contrato. O contrato hoje prevê uma energia a 187 reais o MW. Se o mercado está comprando a cinquenta como vou oferecer para o mercado a 187? Vou ter um prejuízo de 130 reais o MW! Só por isso. Quebra a Copel do mesmo jeito.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

E quanto a Copel paga hoje de energia da CIEN?

#### O SR. RUBENS GHILARDI

A energia da CIEN está custando 70 reais o MW.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

E por quanto a Copel vende essa energia?

O SR. RUBENS GHILARDI

Pelo preço que está comprando. Está na distribuição. É um contrato da Distribuidora com a CIEN. Este contrato da El Paso é um contrato da Geradora com Araucária.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Já que o senhor representa a Copel, acabei fazendo essa pergunta hoje para o Ingo, queria saber quanto que a Copel está pagando pela energia da CIEN?

O SR. RUBENS GHILARDI

Contrato assinado por ele também, 70 reais o MW/h.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

E por quanto a Copel vende?

O SR. RUBENS GHILARDI

Vende pela tarifa homologada. A média é 270 reais o MW/h.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então a Copel está tendo lucro na compra de energia argentina?

O SR. RUBENS GHILARDI

A Copel Distribuidora é fio. Ela compra energia e repassa. Ela ganha o investimento que fez no fio, ou seja distribuidora. O custo da compra de energia repassa diretamente para a tarifa. Portanto, compro da Itaipu, compro da CIEN, compro de outras empresas e isso está na tarifa, não fica com a Copel. Ela não tem lucro disso, ela repassa. Ela tem o lucro na distribuição, ou seja no sistema de distribuição é que a Copel ganha dinheiro. Tem duas parcelas dentro da fatura; na parcela A são custos não gerenciáveis, ou seja a Copel não tem gerência nenhuma, que são impostos, energia comprada e etc. Este custo é repassado ao consumidor, a Copel não leva nada disso. A Copel ganha na parcela B, que é o investimento que ela fez na distribuição, mais a remuneração, as suas despesas operacionais.

Então, a compra de energia não gera resultado para a Copel Distribuição.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Quanto a Copel paga o MW da Itaipu?

O SR. RUBENS GHILARDI

É pago em dólar. Hoje deve estar entre 30 a 27 MW/h.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então é menos que a CIEN?

O SR. RUBENS GHILARDI

Depende da taxa do dólar. Isso são valores que a Copel não ganha e nem perde, quem paga é o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputado Neivo: peço a sua compreensão, já passou de quinze minutos e temos ainda uma Sessão pela frente. V. Exa. tem muitos documentos e peço que o senhor encaminhe por escrito ao Dr. Rubens que tenho certeza lhe responderá.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Estamos encaminhando pela Comissão. Estamos trocando conversa, não tem documentos.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

Antes porém, temos um requerimento para colocar em votação.

Requerimento nº 1095, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. Requer a prorrogação da presente Sessão por duas horas. **Aprovado.**

Cinco minutos, Deputado Ângelo Vanhoni.

### ***Deputado Ângelo Vanhoni (PT)***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, caro Presidente da Copel, Dr. Rubens, caros membros da Diretoria dessa empresa, também o Procurador-Geral do Estado, Sérgio Botto.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer porque já estou suficientemente esclarecido. Mas, não poderia deixar de usar o microfone para parabenizar a Direção da Copel, e mais do que isso parabenizar também o Governo do Estado.

A Assembléia Legislativa e o povo do Paraná fizeram uma luta durante alguns anos, para que a Copel continuasse a ser uma empresa-modelo no investimento, na administração da energia do nosso Estado. O Estado do Paraná é um dos estados que mais recursos hídricos tem de todo o território nacional. A Copel sempre foi como se fosse a grande estrela da administração dos seus recursos hídricos, financeiros, da sua administração em todo o território nacional. A Assembléia fez um processo de luta muito grande para que a Copel, em primeiro lugar, continuasse como empresa pública e tivesse a sua administração seguindo aquela boa correnteza que desde a sua fundação seguia. Estamos felizes porque a decisão em tentar obstar um contrato que era muito lesivo à empresa, que foi um contrato herdado da administração passada.

Eu não sei se a administração fez com essa intenção de trazer algum dano para a empresa. Talvez a visão na época, do Governo do Estado, fosse uma outra visão e

da própria administração, mas o fato é que o contrato, se fosse cumprido, traria nessa circunstância que vivemos um prejuízo muito grande para a Copel. O Governador, com muita sabedoria e muita firmeza, de acordo com os princípios da administração pública do Estado do Paraná, tomou as providências necessárias.

Hoje, a Copel tem a possibilidade de pôr um ponto final nesse processo de luta com a termelétrica que é a compra dessa empresa perto de quatrocentos milhões de reais. Infinitamente é um lucro muito grande para os contribuintes do Estado do Paraná e vai ajudar o sistema de energia elétrica do nosso Estado, a poder ser cada vez mais detentor de um potencial de geração de energia para enfrentar os problemas que o nosso país e o nosso Estado, com certeza vão enfrentar, de infra-estrutura no futuro.

Dr. Rubens, acho que junto com outros Deputados, temos uma alegria muito grande, porque a Copel está sendo muito bem administrada, com seriedade, com competência, com preocupação em relação ao futuro e vocês merecem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, todo o nosso apreço.

Tenho certeza que vamos decidir favoravelmente à compra, porque é boa para a Copel, é boa para o Paraná e para o Brasil. Tenho certeza que num prazo mais curto estaremos autorizando a empresa a proceder à compra dessa termelétrica.

Não tenho nenhuma pergunta porque todos os Deputados que me antecederam praticamente esgotaram todas as dúvidas a esse respeito. Tenho certeza que esta Assembléia vai contar com o apoio dos Deputados da Oposição. Acho que não se trata de saber se o Governo passado errou ou não, se o Governo atual errou ou não. Essa não é uma discussão que interessa neste momento.

O Estado do Paraná e os contribuintes vão sair ganhando com esse processo para o futuro? Vão. Essa é uma certeza. Acho que a Assembléia vai dar um voto na sua unanimidade favorável à compra.

Muito obrigado!

## ***Deputado Caíto Quintana (PMDB)***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acredito, como última inscrição, na verdade durante toda a tarde de hoje o Dr. Rubens e os técnicos da Copel aqui estiveram dirimindo todas as dúvidas a respeito desse projeto que se encontra na Assembléia. Apenas como Deputado Vanhoni faria a colocação no sentido de que houve um investimento por parte da UEG e nós, além desse investimento, não somos proprietários e estamos sujeitos a ter uma decisão contrária, em termos um prejuízo enorme para a nossa Copel quando se pode fazer sem risco algum, num pagamento estipulado pelo investimento da empresa.

Podemos ter a totalidade de uma empresa, acabarmos um processo que está se desenrolando há muito tempo, não vejo como uma questão de Situação ou Oposição. Vejo como uma questão de Paraná.

Vi muitos dos questionamentos feitos aqui hoje, levando muito em conta a questão de justificar se foi um bom ou mau negócio feito pelo Governo anterior, se as colocações feitas pelo atual Governo eram pertinentes ou não.

Acho que essas coisas, do ponto de vista de cada um da época em que os fatos foram feitos, é de menor relevância no dia de hoje, porque não estamos mais discutindo essa questão, estamos discutindo a viabilização de um processo energético para o Estado do Paraná que possa fazer com que a Copel, com menor investimento possível, possa terminar com uma pendenga judicial e seguramente participar com uma usina no patrimônio seu, quando neste momento não estamos nela nem majoritário e estamos pagando energia que não estamos consumindo.

Então, queremos cumprimentar a V. Exa. pela sua paciência, pela sua tranquilidade, pela sua forma competente de esclarecer. E dizer que, seguramente, não a Bancada de Situação, mas a Assembléia Legislativa fez o seu grande papel de questionar um projeto dessa importância, mas com a segurança da sua resposta; também confio que tenhamos a unanimidade na sua votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Esta Presidência agradece ao Dr. Rubens, Presidente da Copel, bem como a todos os Diretores dessa empresa. Tenho a certeza assim como todos os Deputados, de que foi muito esclarecedor.

Passo a Presidência ao Deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero também agradecer, em nome desta Casa, a atenção ao convite foi formulado ao Diretor da Copel, que aceitou prontamente e veio aqui esclarecer aos Srs. Parlamentares.

Há um convite também ao Procurador-Geral do Estado, Dr. Botto. Gostaria de saber se há inscrições. Consulto os Srs. Parlamentares que queiram se inscrever. Como não há inscrições, agradecemos a presença do Dr. Botto, por ter vindo a esta Casa.

Muito obrigado.

Teria o horário das Lideranças dos Partidos.

Consulto para ver se podemos liberar, porque teremos outra Sessão Extraordinária, ainda.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Ratinho Júnior para representar esta Casa de Leis, na Sessão Solene de outorga de título de Cidadania Benemerita do Paraná, aos Srs. Assis Gurgacz e Dilvo Grolli, no dia 05 de maio de 2006, no município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1089, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando que seja marcada uma Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 734/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a lei nº 11035, de 04 de janeiro de 1995 e a Lei nº 11668, de 28 de janeiro de 1997, que dispõe sobre as normas gerais sobre sorteio da modalidade denominada bingo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 734/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam revogadas a Lei nº 11.035, de 04 de janeiro de 1995, que institui as normas gerais sobre sor-

teio da modalidade denominada Bingo e a Lei nº 11.668, de 28 de janeiro de 1997, que alterou a redação da referida Lei nº 11.035, a Lei nº 14.970, de 21 de dezembro de 2005, a Lei nº 9.354, de 27 de agosto de 1990, a Lei nº 9.355, de 27 de agosto de 1990, a Lei nº 9.385, de 28 de setembro de 1990, a Lei nº 9.420, de 30 de outubro de 1990 e a Lei nº 9.445, de 20 de novembro de 1990.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.06  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 162/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/06, que ajusta no Orçamento do Estado, o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, que serão utilizados na construção de unidades municipais do Emater (Ibiporã, Jandaia do Sul, Marquinho, Ramilândia, São José das Palmeiras, Tamarana e Três Barras do Paraná). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 162/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica procedido um ajuste no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica incluído o Anexo de Obras do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.05.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO I					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da des-pesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
6500	SECRETARIA DE EST. DA AGRIC. E DO ABASTECIMENTO						
6531	INST. DE ASSIST. TÉCN. E EXTENSÃO RURAL - EMATER						
2855	GERENCIAMENTO DA ESTRUT. ADMIN. DA EMATER	4490.51	250	95	L	800.000	0308
Total						800.000	

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO II					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da des-pesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
6500	SECRETARIA DE EST. DA AGRIC. E DO ABASTECIMENTO						
6531	INST. DE ASSIST. TÉCN. E EXTENSÃO RURAL - EMATER						
2855	GERENCIAMENTO DA ESTRUT. ADMIN. DA EMATER	4490.52	250	95	L	800.000	0308
Total						800.000	

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO III ANEXO A LEI Nº				FL. 02 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Alo	Valor	Pro-cesso
6500	SECRETARIA DE EST. DA AGRIC. E DO ABASTECIMENTO					
6531	INST. DE ASSIST. TÉCN. E EXTENSÃO RURAL - EMATER					
2855	GERENCIAMENTO DA ESTRUT. ADMIN. DA EMATER					
372	IBIPORÃ					
0006	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	100.000	0308
430	JANDAIA DO SUL					
0005	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	120.000	0308
517	MARQUINHO					
0001	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	110.000	0308
672	RAMILÂNDIA					
0004	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	120.000	0308
780	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS					



ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO III ANEXO A LEI Nº				FL. 02 R\$ 1,00	
0002	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	120.000	0308
814	TAMARANA					
0007	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	110.000	0308
840	TRÊS BARRAS DO PARANÁ					
0003	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	120.000	0308
TOTAL		O.F.		L	800.000	

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 185/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Instituto Andres Kasper, com sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 185/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Andres Kasper, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.05.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/06, que fixa, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial, de que trata o inciso V, do artigo 7º da Magna Carta da República. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 002/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º No Estado do Paraná, conforme previsto no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal, nos termos da Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, o piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais abaixo enunciadas será de:

I - R\$ 427,00 (quatrocentos e vinte e sete reais) - para os trabalhadores agropecuários e florestais;

II - R\$ 429,12 (quatrocentos e vinte e nove reais e doze centavos) - para os empregados domésticos, serventes, trabalhadores de serviços de conservação, manuten-

ção, empresas comerciais, industriais, áreas verdes e logradouros públicos, não especializados, contínuo e mensageiro; auxiliar de serviços gerais e de escritório; empregados do comércio não especializados, cumim e barboy;

III - R\$ 431,28 (quatrocentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos) - para classificadores de correspondência e carteiros, trabalhadores em serviços administrativos, cozinheiros, operadores de caixa, lavadeiras e tintureiros, barbeiros, cabeleireiros, manicures e pedicures, operadores de máquinas e implementos de agricultura; pecuária e exploração florestal; trabalhadores de tratamento de madeira, de fabricação de papel e papelão, fiandeiro, tecelões e tingidores, trabalhadores de curtimento, trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas, trabalhadores de costura e estofadores, trabalhadores da fabricação de calçados e artefatos de couro, vidreiro e ceramistas, confeccionadores de papel e papelão, dedetizadores, pescadores, vendedores, trabalhadores do serviço de higiene e saúde, trabalhadores de serviços de proteção e segurança; trabalhadores de serviços de turismo e hospedagem;

IV - R\$ 433,44 (quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) - para trabalhadores da construção civil, despachantes, fiscais, cobradores de transporte coletivo, trabalhadores de minas, pedreiras e contadores, pintores, cortadores, polidores e gravadores de pedras, pedreiros, trabalhadores de fabricação de produtos de borracha e plástico, e garçom;

V - R\$ 435,61 (quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) - para administradores, capatazes de explorações agropecuárias, florestais, trabalhadores de usinagem de metais, encanadores, soldadores, chapeadores, caldeiros, e montadores de estruturas metálicas, trabalhadores das artes gráficas, condutores de veículos de transportes, trabalhadores de confecção de instrumentos musicais, produtos de vime e similares, trabalhadores de derivados de minerais não metálicos, trabalhadores de movimentação e manipulação de mercadorias e materiais, operadores de máquinas da construção civil e mineração, telegrafistas e bar-men, trabalhadores de edifícios e condomínios;

VI - R\$ 437,80 (quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) - para trabalhadores de serviços de contabilidade e caixas, operadores de máquinas de contabili-

dade e de calcular, operadores de máquinas de processamento automático de dados, secretários, datilógrafos e estenógrafos, chefes de serviços de transportes e comunicações, telefonistas e operadores de telefone e *telemarketing*, trabalhadores da rede de energia e telecomunicações, supervisores de compras e de vendas, compradores, agentes técnicos de vendas e representantes comerciais, mordomos e governantas, trabalhadores de serventia e comissários (serviço de transporte de passageiros), agentes de mestria, mestre, contramestres, supervisor de produção e manutenção industrial, trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos, operadores de instalações, de processamento químico, trabalhadores de tratamento de fumo e de fabricação de charutos e cigarros, operadores de estação de rádios, televisão e de equipamentos de sonorização e de projeção cinematográfica, operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares, *sommelier*, *maître* de hotel, ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão, eletricitas, eletrônicos, joalheiros e ouvires, marceneiros e operadores de máquinas de lavar madeira, supervisores de produção e manutenção industrial.

Parágrafo único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é de 1º de maio.

Art. 2º os pisos fixados nesta lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta lei não se aplica aos empregado que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único. Caso o piso salarial constante de acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho seja inferior ao valor do piso salarial instituído nesta lei, será garantido ao trabalhador pagamento do valor ora instituído.

Art. 4º A presente lei aplica-se aos trabalhadores domésticos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2006.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

### 3ª Discussão

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 800/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 071/05, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta de imóvel situado no município de Jaguapitã, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE

TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 801/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 072/05, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao município de Nova Londrina de imóvel urbano, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/06, autorizando o Poder Executivo efetuar a reversão ao município de Irati, do imóvel localizado no Vila São João, situado no município de Irati, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### 2ª Discussão

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/04, de autoria do Deputado Reni Pereira, que introduz alteração da lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. **Em votação**.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; foi feito um entendimento com a Bancada do Governo e também com a Presidência desta Casa, no sentido de rejeitar o projeto e acatar o Substitutivo Geral, que prevê, pela primeira vez, o parcelamento da taxa de bombeiros e no caso de microempresas, mesmo havendo um parcelamento, desconto de 10% e também um desconto de 10% para pagamento à vista, o que já desonera as microempresas.

Só faço mais uma questão no encaminhamento, para que na redação final se altere o início da vigência da lei para 1º de janeiro de 2007, face ao princípio da anterioridade, que tem que acontecer numa lei de natureza tributária, como esta. Alterar porque consta no relatório o princípio da anterioridade.

Vou-me abster na 1ª votação, em que vai rejeitar o projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos votar primeiro o projeto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Então, eu me abstenho e no segundo eu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Bem, se for rejeitado o projeto, V. Exa. vota favorável às emendas. Automaticamente, estão encerradas as emendas, também.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, a palavra, com a aquiescência de V. Exa. Votaremos o projeto com a emenda da CCJ...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, a emenda da CCJ posteriormente. Inicialmente, é o projeto. Depois, a emenda. E o Substitutivo Geral, de Plenário, para ser votado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Nós votaremos contra o parecer contrário da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos votar por etapas. Inicialmente, tem que se votar o projeto.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Para que não paire dúvida, aqui, o projeto tem que ser rejeitado, para que se vote o Substitutivo Geral?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. Tem que aprovar o projeto e depois votar a emenda da CCJ, favorável ou contrariamente, e depois votar o Substitutivo Geral. São três votações.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Confesso que estou bastante em dúvida, mas se aprovarmos o projeto - não consigo entender - aprovarmos, depois, o Substitutivo Geral?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ressalvadas as emendas, nobre Deputado.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Conforme acordo com o autor, Deputado Reni Pereira, queremos encaminhar para votar contra esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. Três (03) Deputados favoráveis. Os contrários, queiram levantar-se. Está **Rejeitada** a emenda.

Em votação o Substitutivo Geral de Plenário, com parecer contrário da CCJ. Para rejeitar o parecer, tem que votar NÃO.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Quem é favorável ao Substitutivo Geral, vota NÃO?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, é inverso. Quem for favorável ao Substitutivo Geral, vota contra o parecer da CCJ.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Exatamente, vota NÃO para aprovar o Substitutivo Geral?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, vamos votar o parecer da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está esclarecendo o Presidente, que inicialmente tem que se votar o Substitutivo Geral. Então, quem aprovar o Substitutivo Geral tem que votar favorável, SIM, ou levantar-se.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Imagino que teríamos que ter votado o Substitutivo Geral, porque aprovado o Substitutivo, automaticamente elimina-se o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Substitutivo Geral. Os Deputados que forem favoráveis, queiram levantar-se.

**Aprovado** o Substitutivo Geral e **rejeitado** o parecer contrário da CCJ.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)  
 Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou tirar da pauta porque o Deputado não está presente. Vou tomar a mesma posição. Então, não está em votação.

**Está retirado da pauta o item 9º.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública o Recanto Paula Carolina Cerci Patrulheiros Mirins, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública a Associação São Pio X, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Carlos Gomes, com sede e foro no município de Ubatuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

O item 12º, será retirado de pauta porque o autor do projeto, Deputado Ratinho Júnior, também não está presente.

**Está retirado da pauta.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública a Associação Procopense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### *Requerimentos*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1045, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1050, de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch, Durval Amaral, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Barbosa Neto, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1072, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1073, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1075, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1076, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1077, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1078, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1079 e 1084, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1081, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1085, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 1086 a 1088, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1090, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1091, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1093, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1083, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente apenas queria saber se o requerimento do Deputado Scarpellini é a convocação do Secretário dos Transportes para comparecer aqui.

Eu sei que já foi aprovado, mas gostaria de saber se é uma convocação e a Casa aprovou agora, neste instante.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informando a V. Exa. Convocação ao Secretário dos Transportes e o Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro e Jurídico da empresa Ferroeste.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 626/05, 166/06 e do Projeto de Resolução nº 008/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 043 e 175/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 384/04 e 164/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 181, 202/06, 626/05 e 166/06 e do Projeto de Resolução nº 008/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 747/05.

Levanta-se a Sessão.

### ***Transcrição:***

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 2006.

#### **Discurso do Dr. Roberto Antonio Busato**

Senhoras e Senhores:

O que hoje aqui nos reúne - e nos une -, apesar de todos os pesares, é a confiança que temos na força e na vitalidade da cidadania brasileira.

Não é a primeira vez que a sociedade civil, por meio de algumas de suas entidades mais expressivas, vem a público, às vésperas de mais uma campanha eleitoral, manifestar sua preocupação com o futuro da República e de suas instituições.

Aqui estamos, além de OAB e CNBB, velhas parceiras da esperança, em memoráveis embates cívicos, mais 17 entidades representativas de nossa sociedade.

Aqui está o Brasil organizado, sua cidadania vigilante, na defesa do bem comum.

Estamos todos alarmados com a sucessão de escândalos, que, desde o ano passado, vêm enlameando e debilitando ainda mais a imagem de nossas instituições republicanas.

Nossa República - a República de Ruy Barbosa, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Raimundo Faoro, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães e tantos outros que a sonharam livre, ética e cidadã - está enferma. Está na UTI moral.

Precisamos reproclamá-la com urgência. Mas só o faremos com um efetivo choque de cidadania, que lhe dê conteúdo social, ético e moral.

O comportamento vexatório de grande parte de nossos agentes públicos, profanando o sagrado papel da representação política, nos obriga a uma ação drástica de prevenção social - que é, em síntese, o sentido desta Campanha Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral, que estamos hoje lançando.

Estão sendo instalados Comitês em todo o país para o registro de denúncias de irregularidades nas campanhas eleitorais, bem como de informações que possam levar ao flagrante de compra de votos.

O candidato que tiver práticas irregulares denunciadas aos Comitês da OAB e CNBB poderá ter seu registro cancelado ou, depois de eleito, seu diploma cassado.

As irregularidades são amplas e diversificadas. A criatividade do mal, reconheça-se, é espantosa. Inesgotável.

Compra-se voto mediante promessa de emprego público, de dinheiro, cesta básica, saco de cimento, telhas, camisetas e outros penduricalhos, lembrando o procedimento do invasor português quando aqui chegou, no século XVI, trocando a submissão do nativo por espelhos e quinquilharias.

Mas não é só.

Há outras formas, ainda mais criativas - e mais perversas de manipulação eleitoral. Mais criativas porque travestidas de benemerências sociais. E mais perversas porque praticadas pelos governantes, que têm a seu serviço a máquina do Estado.

Manipulam a miséria, mas não se empenham - nem se interessam - em removê-la.

Dela, ao contrário, extraem votos, que perpetuam suas patotas políticas no Poder. O princípio da reeleição - nefasto, deletério, predatório - agravou e multiplicou todos esses males.

Em regra, induz o governante a preparar no primeiro mandato a sua recondução e, no segundo, a pagar a conta da vitória.

Governar torna-se um detalhe - muitas vezes incômodo. Para manter as massas sob controle, acionam-se os mecanismos de anestesia social. Anestesia da miséria.

